

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTE
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



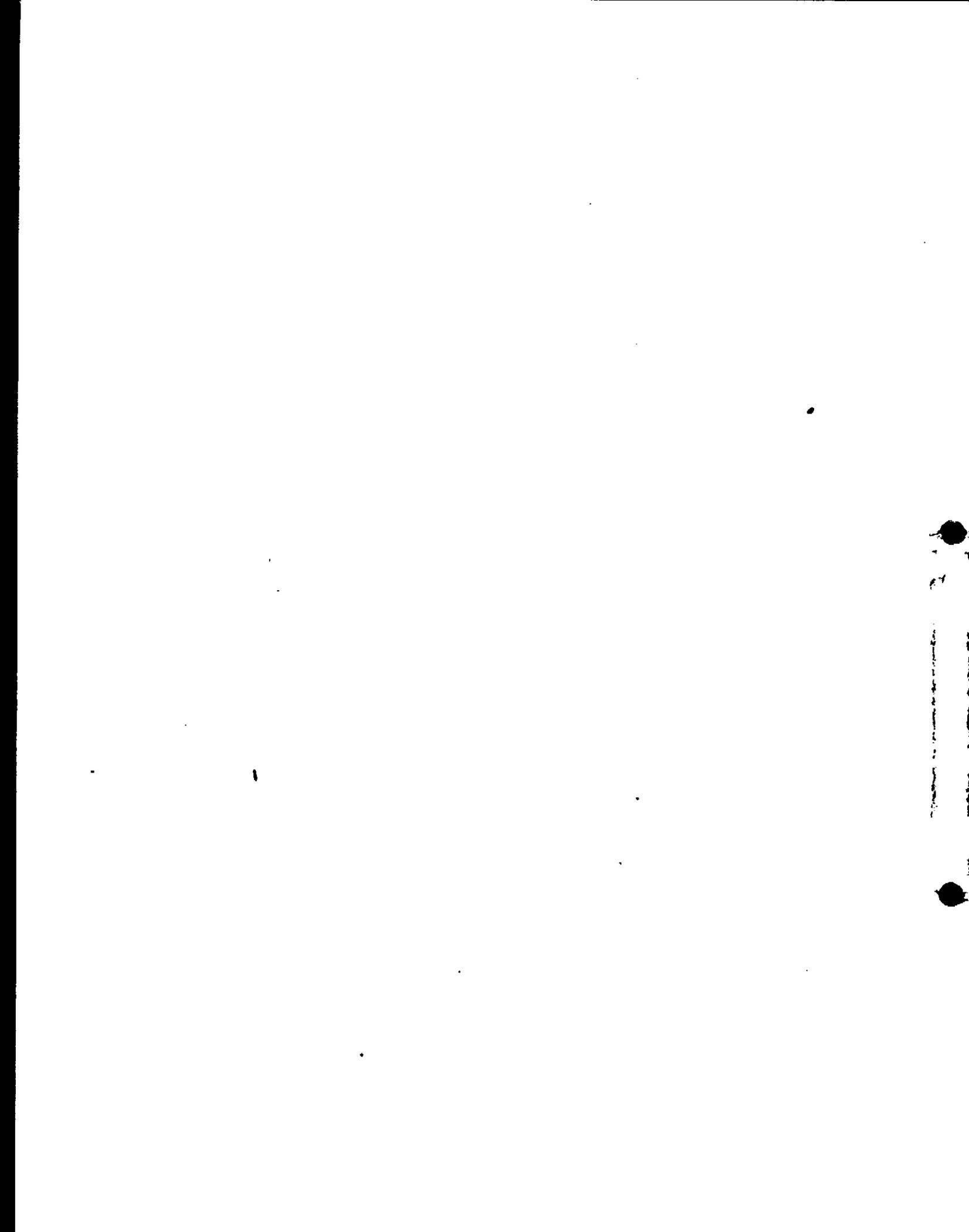
F. S.
Jusel

"O RIO GRANDE DO NORTE E A CONFEDERAÇÃO
DO EQUADOR"

PESQUISADORA: IRANI PINTO RO-
DRIGUES

ORIENTADORA: MARLENE DA SILVA
MARIZ

NATAL/ 1993



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTE
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

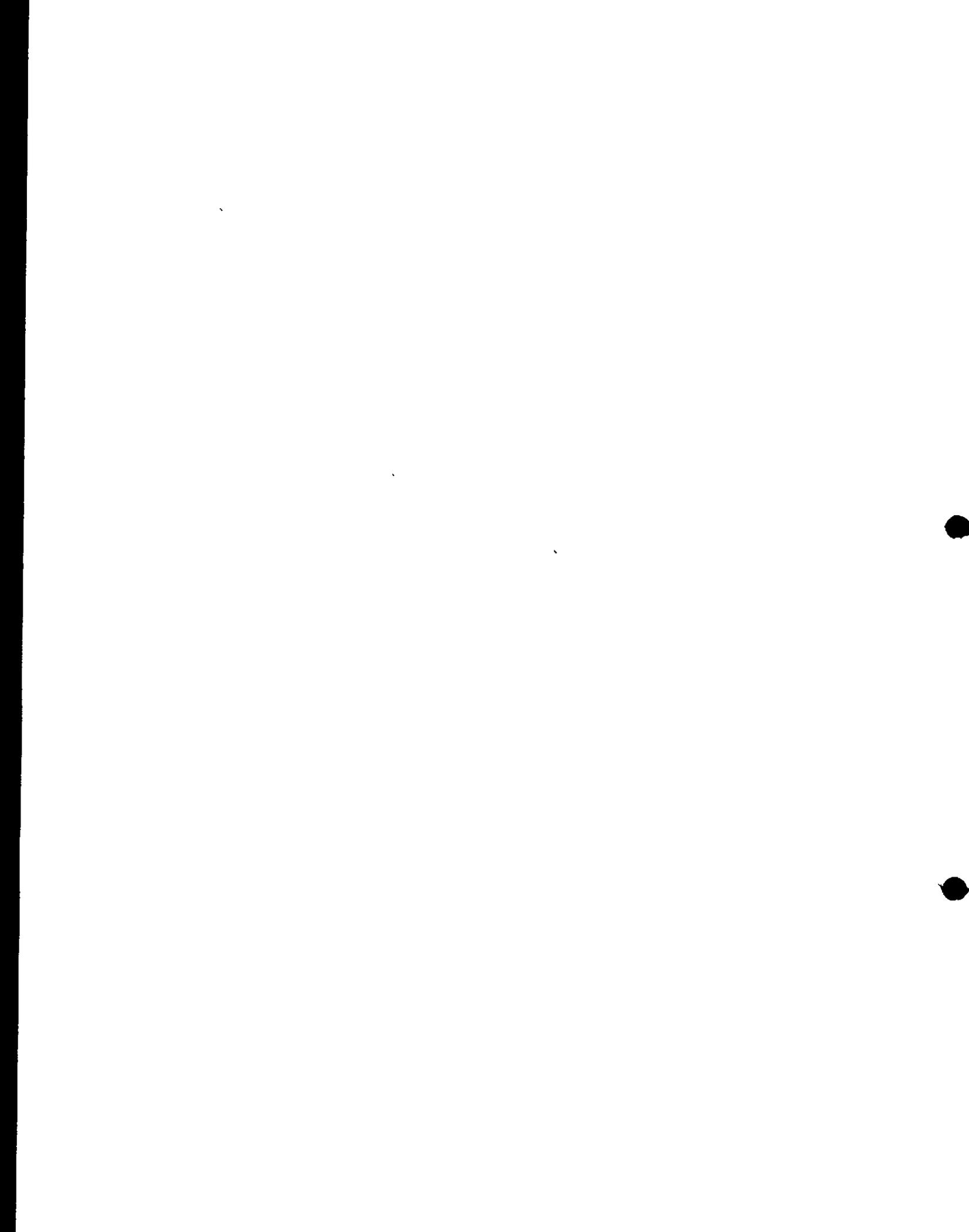


"O RIO GRANDE DO NORTE E A CONFEDERAÇÃO
DO EQUADOR"

"Monografia apresentada à
disciplina Pesquisa Histó-
rica II para fins de 3ª A
valiação".

1 9 . 9 . 3

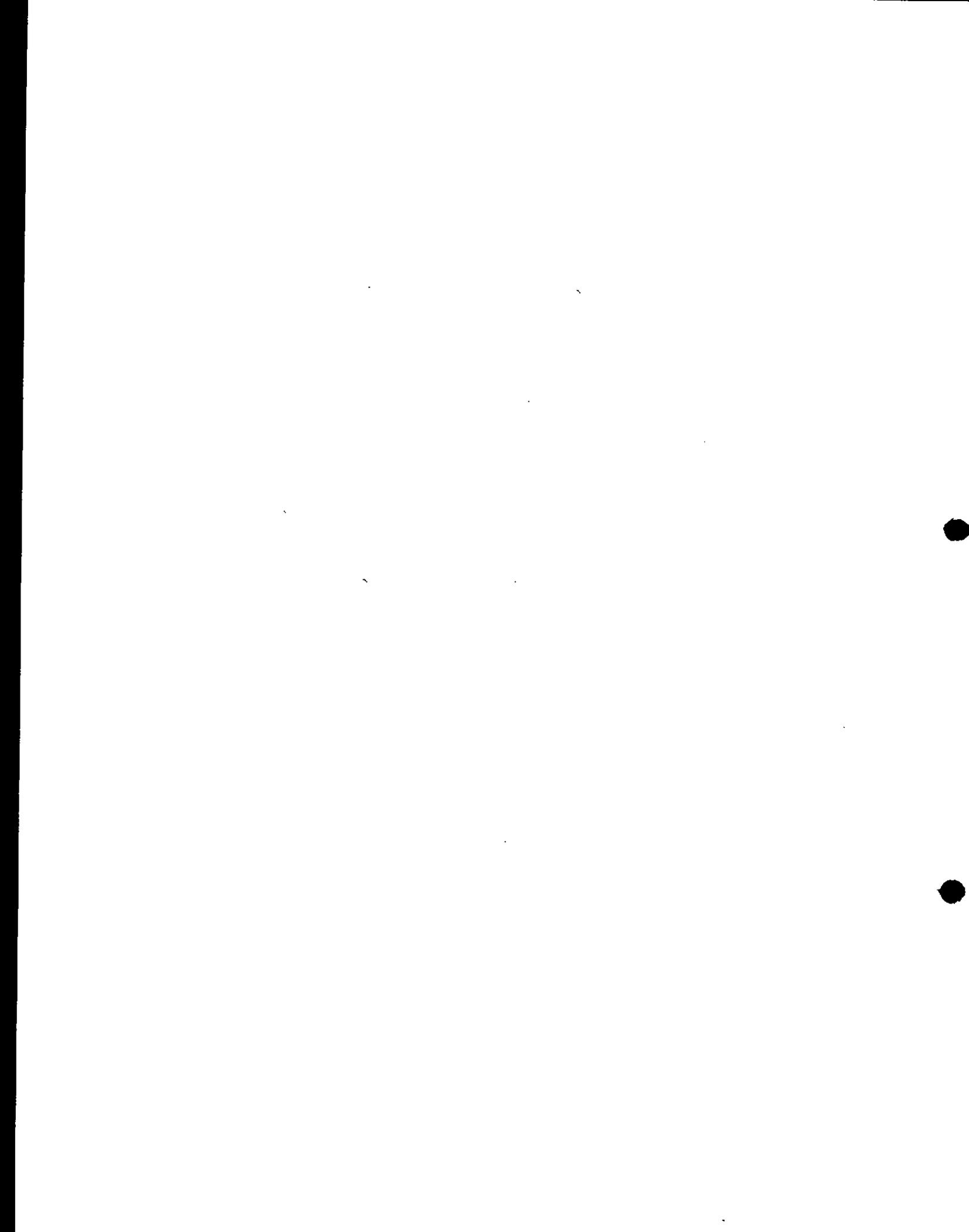
N A T A L / R N :



SUMÁRIO



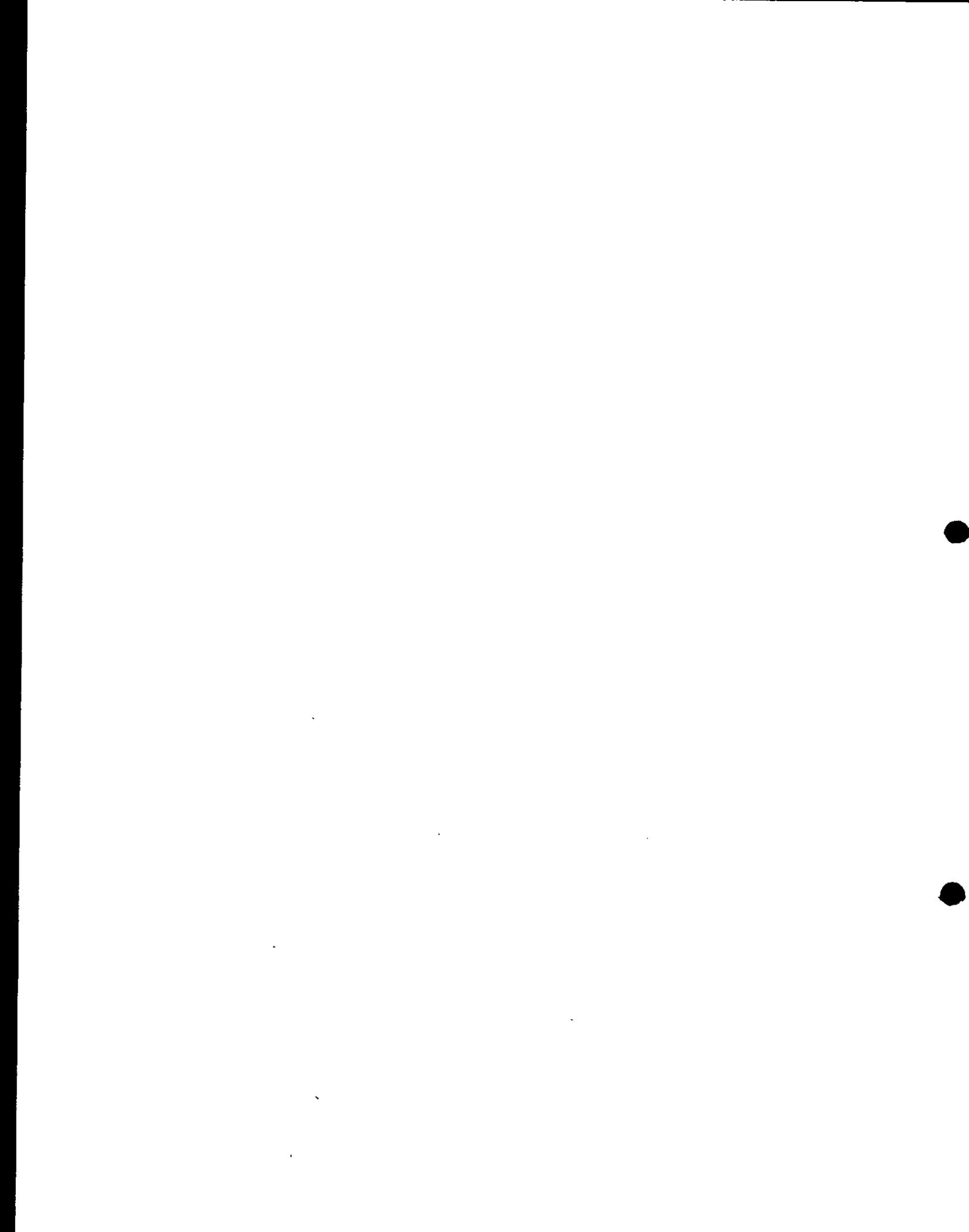
| | Pág. |
|---|------|
| ♦ INTRODUÇÃO | 09 |
| | |
| I CAPÍTULO: | |
| 1 CONTEXTO DA INDEPENDÊNCIA POLÍTICA DO BRASIL | 11 |
| 2 O BRASIL DE D.PEDRO E A INDEPENDÊNCIA | 19 |
| - NOTAS BIBLIOGRÁFICAS | 22 |
| | |
| II CAPÍTULO: | |
| 1 OS MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS | 25 |
| 2 A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817 E SUA REPERCUSSÃO NO NORDESTE | 27 |
| 3 AS PROVÍNCIAS DO NORDESTE E A PROCLAMAÇÃO DA CON. - FEDERAÇÃO DO EQUADOR | 31 |
| - NOTAS BIBLIOGRÁFICAS | 35 |
| | |
| III CAPÍTULO: | |
| 1 OS LÍDERES REPUBLICANOS | 37 |
| - FREI CANECA | 37 |
| - CIPRIANO BARATA | 38 |
| - MANUEL DE CARVALHO | 41 |
| 2 AS MASSAS POPULARES NO MOVIMENTO E A REPRESSÃO ... | 43 |
| - NOTAS BIBLIOGRÁFICAS | 47 |





IV CAPÍTULO:

| | | |
|---|---|----|
| 1 | A NOTÍCIA DA ACLAMAÇÃO DE D.PEDRO NA CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE | 49 |
| 2 | O RIO GRANDE DO NORTE E SUA PARTICIPAÇÃO NO MOVIMENTO DE 1824 | 55 |
| - | NOTAS BIBLIOGRÁFICAS | 63 |



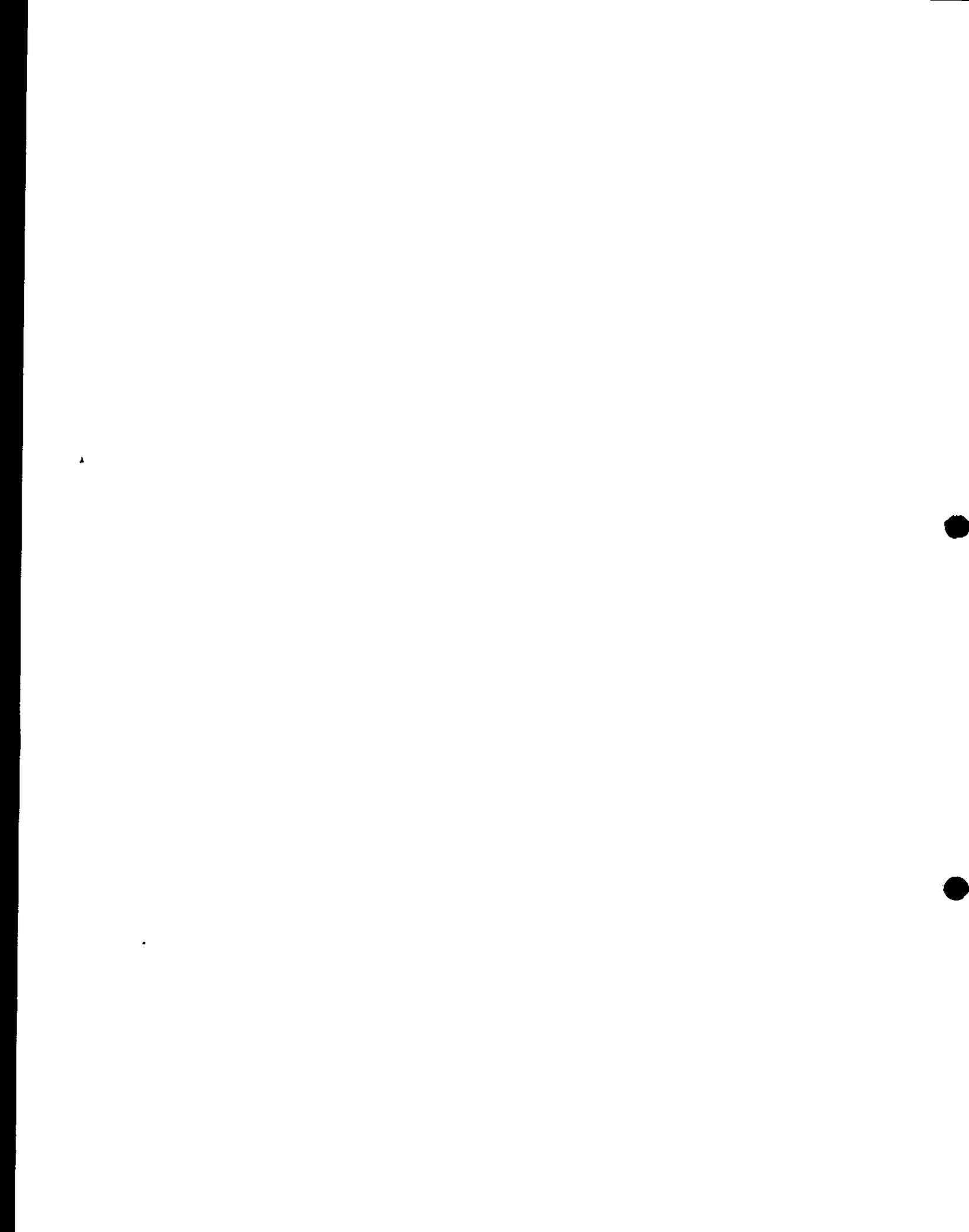
INTRODUÇÃO



09

Dentre as inúmeras bibliografias existentes sobre os movimentos pós independência no Brasil, em especial à "Confederação do Equador", são raras as que tentam ou procuram demonstrar a participação efetiva do nosso Estado. (Anál ?)

A pesquisa em questão visa superar essa carência bibliográfica na tentativa de ampliar os estudos a respeito baseando-se em obras existente que apontam a referida província como participante do movimento. É sobre essa insurreição republicana, resultante do centralismo político da época e do absolutismo do imperador, que se pretende estudar, levando em consideração a ação da província norte Rio-grandense. Mesmo impedido pelas tendências centralizadas o movimento arrastou as províncias do nordeste lideradas pela classe dominante e apoiadas pelas camadas populares.

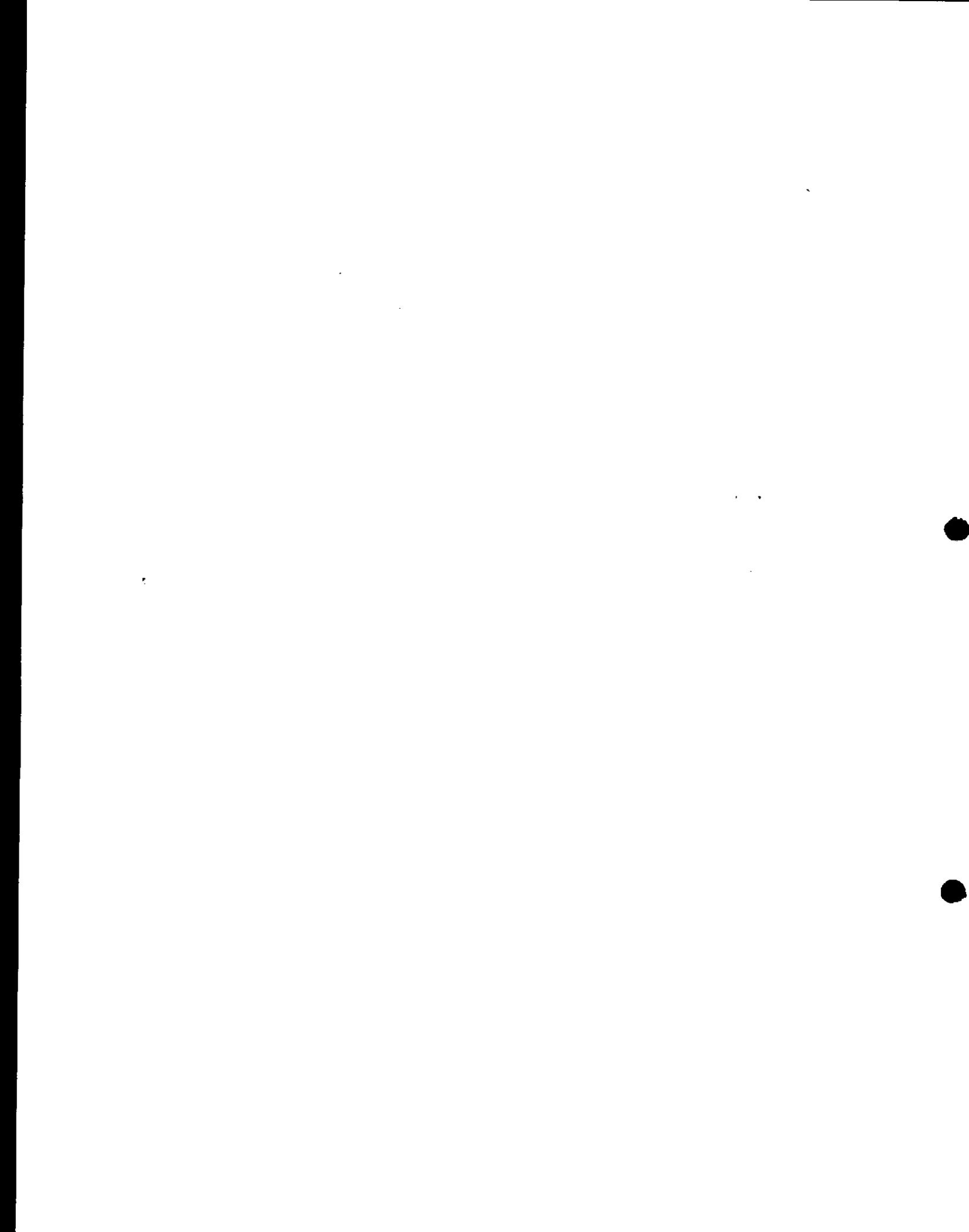


CAPÍTULO

II- O Contexto da Independência Política do Brasil

A causa inerente à vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil está nos acontecimentos que envolveram a Europa. É preciso examinar o início do século passado, naquelas terras européias para entender em que circunstâncias ocorreu a transferência da Família Real. Podemos considerar bem remotas a verdadeira origem das revoltas que eclodiram durante o período Imperial brasileiro. Na verdade, a insatisfação do povo brasileiro sempre existiu, desde que se tornaram submissos às ordens vindas da grande Metrópole.

A insatisfação geral criava profundas raízes. A França, com Napoleão Bonaparte, conseguiu o domínio político e militar de quase toda a Europa. Com o objetivo de atingir os interesses econômicos da Inglaterra, a França fechou os portos europeus ao comércio inglês. Decretava-se, dessa forma, o chamado Bloqueio Continental, afetando seriamente a comercialização dos produtos ingleses na Europa. Dependente economicamente da Inglaterra, Portugal tentou manter-se neutro nesse conflito que envolvia a França e a Inglaterra. A posição estratégica em que se encontrava Portugal, levou Napoleão a exigir dos portugueses a adesão ao bloqueio. E, pelo mesmo motivo, Portugal se viu pressionado pela Inglaterra para que mantivesse seus portos abertos ao comércio britânico. Pressionado por ambas as nações, Portugal decide transferir a se



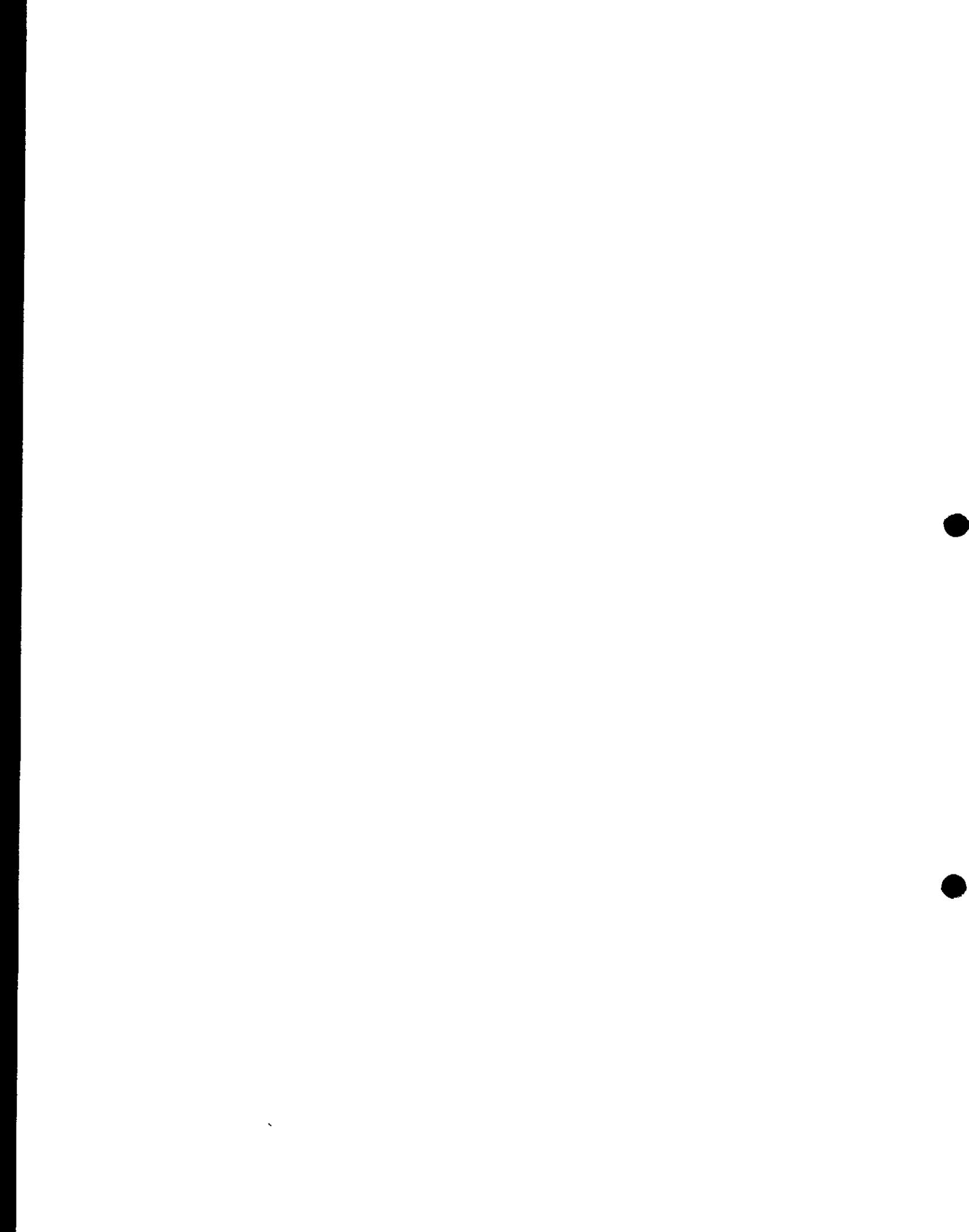
de/do governo português para o Brasil. Decisão aceita e apoiada pela Inglaterra que tinha bons motivos para tanto pois, assim poderia comerciar livremente seus produtos na América.

O processo de independência que teve o Brasil, se deveu aos conflitos que envolviam o mundo europeu, liderados pelas grandes potências da época: França e Inglaterra.

Foi a vinda forçada da coroa portuguesa pelos franceses que, o processo de emancipação começava. Uma vez transferida a corte, rompiam-se os laços que ligava a colônia à sua metrópole. Estava quebrado o monopólio português.

O declínio da antiga metrópole portuguesa decorreu da emigração de D. João VI que, na intensão de salvar e proteger sua coroa, veio para sua colônia brasileira. A esse acontecimento se deveu a nossa emancipação política, da qual custou a vida de muitos brasileiros. A abertura dos portos feita pelo monarca, fez resplandecer o desejo pela liberdade, repercutindo em movimentos de emancipação.

" Com esse ato, D. João VI deu grande impulso para a independência quando em nosso território criou um novo império elevando a colônia à categoria de Reino Unido ".² Com essa posição, não queriam mais os brasileiros se subordinarem ao governo português. A partir de então, lançava-se a semente que, mais tarde, eclodiria em movimentos e-



mancipacionistas. E assim, em 1808, o Brasil transformou-se, de simples colônia, em principal centro de decisões políticas, extinguindo-se quase totalmente as normas do pacto colonial. Podemos considerar essa transferência da sede da monarquia portuguesa como marco inicial de um processo de formação do Estado Nacional Brasileiro. Tal processo, chegaria ao seu ponto máximo e crítico em 1822.

A colônia foi dotada de uma série de instituições adequadas à sua nova função de sede de governo, chegando mesmo a prejudicar os interesses metropolitanos.

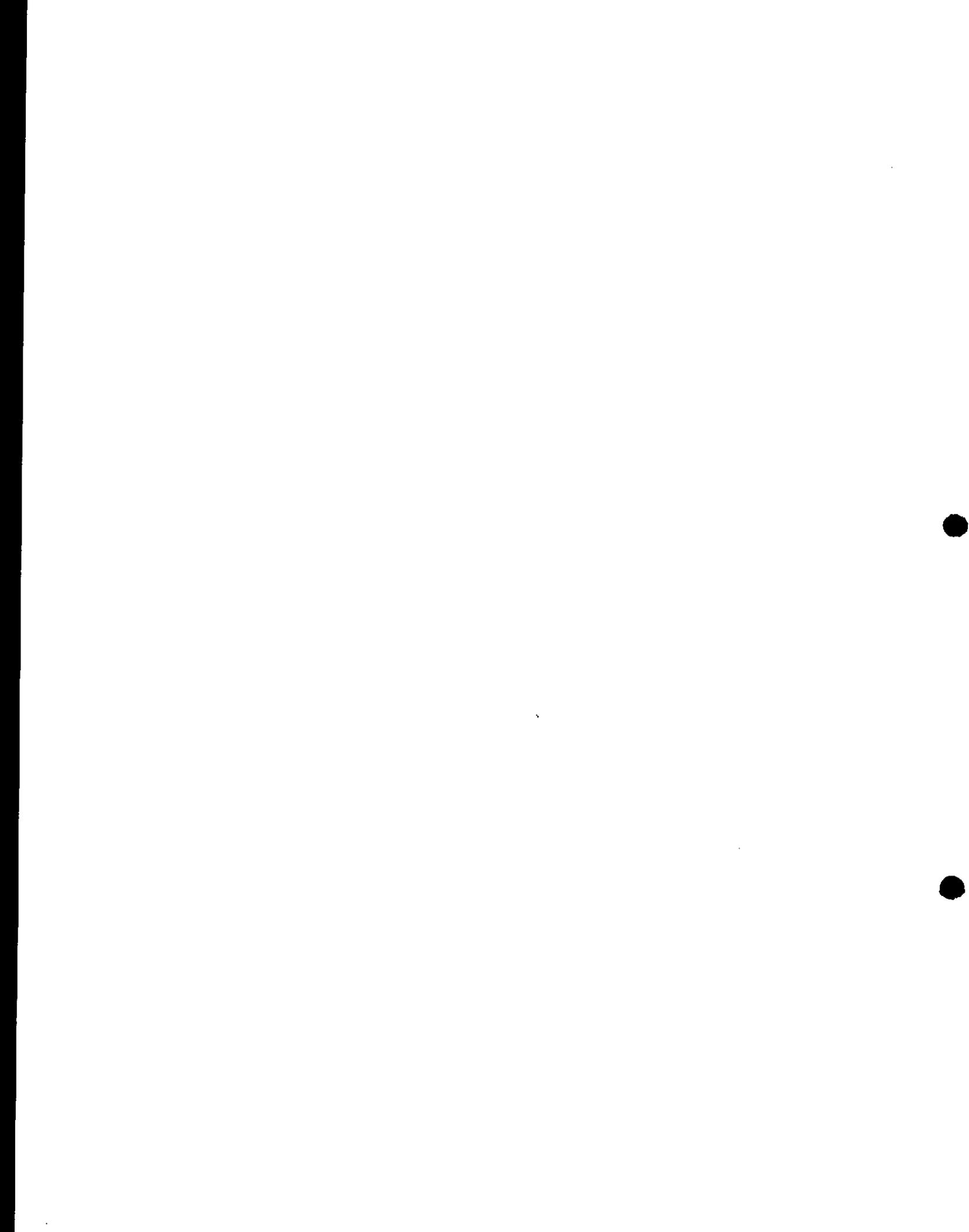
Contribuiu também para afetar tais interesses, a abertura dos portos, a localização da sede do governo no Rio de Janeiro e a elevação do Brasil à categoria de reino. Contudo, foi a extinção do monopólio comercial a medida mais nefasta feita aos portugueses.

Fontes ?

Além de favorecer o forte estímulo que tomou o sentimento nacional, a estada da corte no Rio provocou no povo brasileiro "a esperança de que as condições da colônia viriam a mudar necessariamente com a transferência da sede."² A estada da corte no Brasil acendeu o espírito do colono que preparou-se para erguer seus anseios de liberdade. É certo que 1822 foi o período em que o pensamento da independência dominou de tal forma o espírito público, que nada viam senão aquilo que os ansiavam: o desejo de liberdade.

Enquanto isso, ocorria na Europa, no antigo rei no português, o movimento revolucionário do porto, no qual

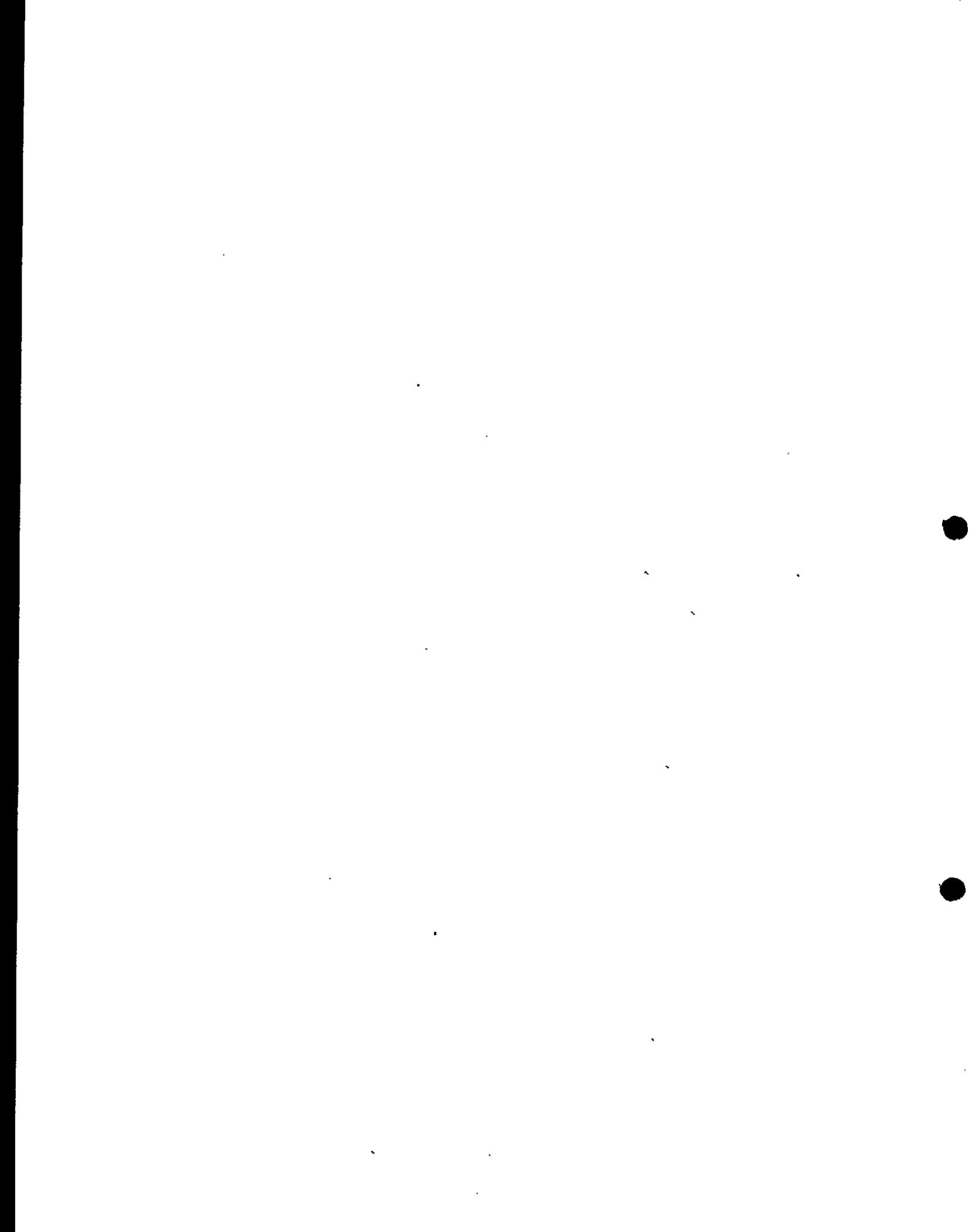
o povo exigia novas fórmulas constitucionais e a volta da corte. A ausência desta, fez surgir o desejo de um regime compatível com a liberdade civil e política daquele povo português. Decididamente, a volta de D. João à Portugal serviu como causa ocasional da independência e, conseqüentemente, para que houvesse a emancipação política da colônia. Prevendo tais acontecimentos, o monarca português deixa aqui seu filho como nosso rei e imperador.



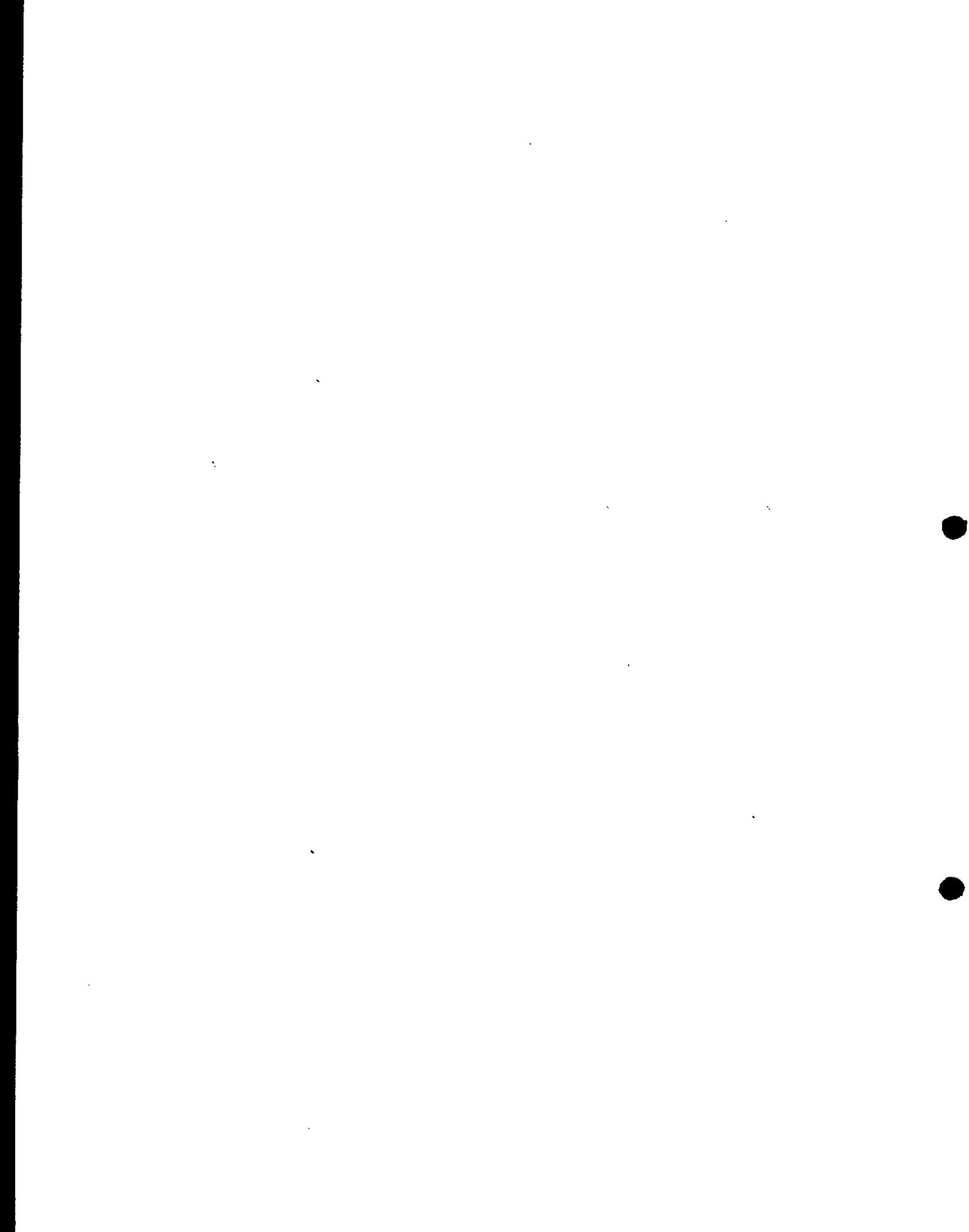
2- O Brasil de D. Pedro e a Independência

Uma vez Imperador, D. Pedro adquire popularidade revelada pelos seus primeiros atos. Esse prestígio, que adquirira pelo povo, em muito contribuiu para que não aceitasse as imposições da corte portuguesa. "Com o retorno de D. João VI, cresceram os esforços dos portugueses daqui e de lá no sentido de fazer o Brasil voltar a ser uma colônia de verdade".³ Desejavam esses portugueses que voltasse o monopólio de comércio que desfrutavam antes de 1808, e não uma "colônia reino" como viera a ser a partir da vinda da Família Real. Contudo, havia os que agiam no sentido contrário. Eram os aristocratas interessados em manter as vantagens comerciais que tinham conseguido durante a permanência da corte. Atraindo o príncipe para seu lado, esse grupo de aristocratas levaram-no a obedecer às ordens proveniente de Portugal. Decidindo ficar e temendo que sua volta para Portugal acarretasse a independência total do Brasil, a exemplo das repúblicas vizinhas, o Imperador rompe definitivamente com Portugal, resolvendo permanecer no Brasil sem obedecer às ordens da corte.

Portugal pretendia manter todas as províncias subordinadas, tencionando enfraquecer a administração do Brasil. D. Pedro teve que confrontar com forças que permaneciam fiéis à Portugal e que insistiam em manter relações ou mesmo atender às ordens da corte. "As capitâneas, elevadas à Províncias (...) haviam sido entregues a juntas provisórias que, principalmente no nordeste, desconheciam, quase por completo, a autoridade de D. Pedro e iam restringindo, sensivelmente, os poderes de que ele se achava investido."⁴

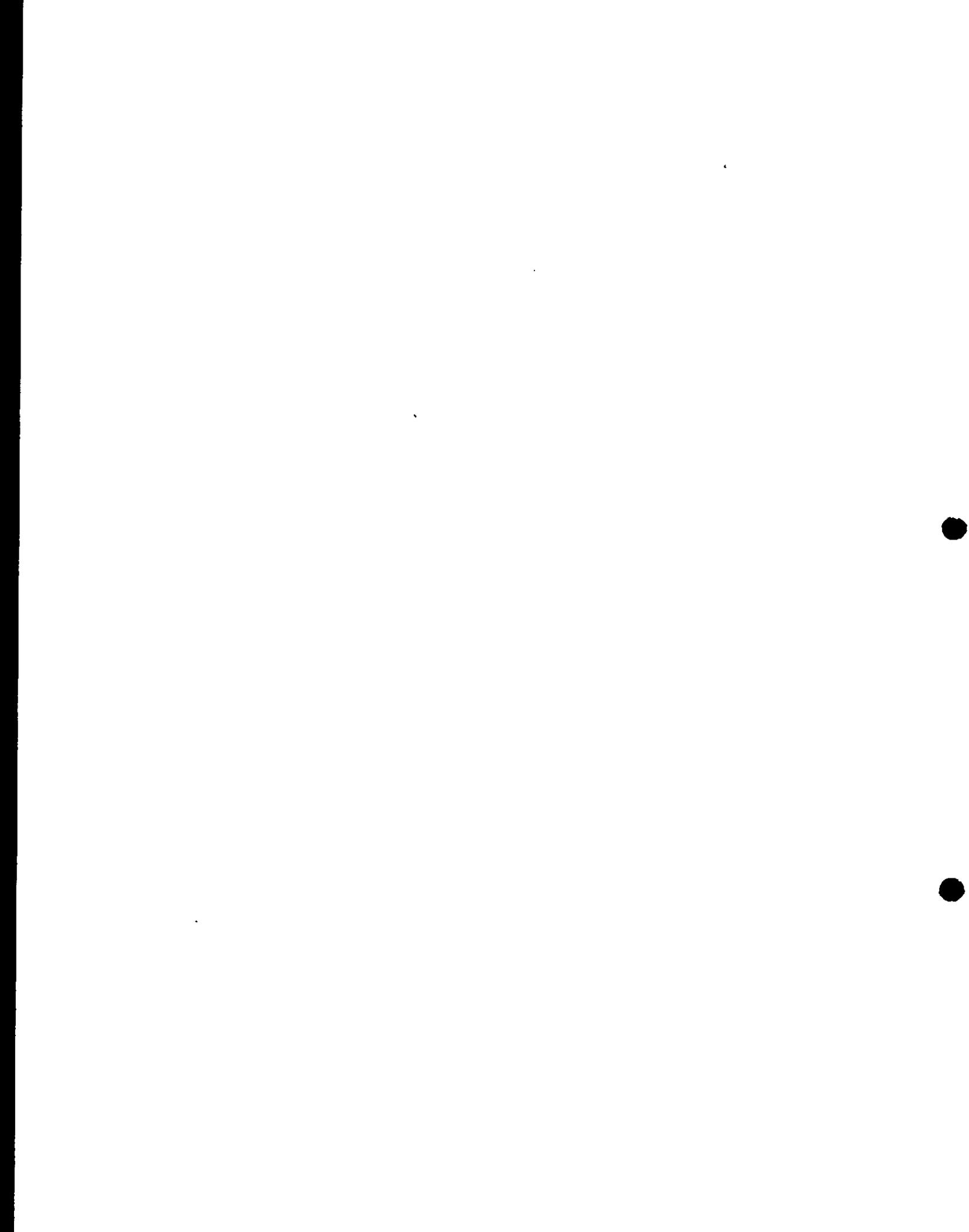


Começava a organizar o Brasil a partir desse ato separatista. Os passos para a emancipação definitiva já estavam dados. Restava resistir e não recuar nas conquistas até então feitas. Essa separação vai se concretizando com os atos de rebeldia às determinações da corte. "A colônia era sobretudo, a servidão econômica".⁵



NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. LYRA, Augusto Tavares. A Independência do Brasil. 1972.
p.20
- 2- POMBO, Rocha. História do Brasil. A Formação do Espírito de Pátria. 1935. pp 396 - 397.
- 3- AZEVEDO, L. de. A História de Um Povo. 1988. p 13.
- 4- _____ (1): pp 22-23.
- 5- HOLANDA, S. Buarque. História Geral da Civilização Brasileira. 1985. p 227.

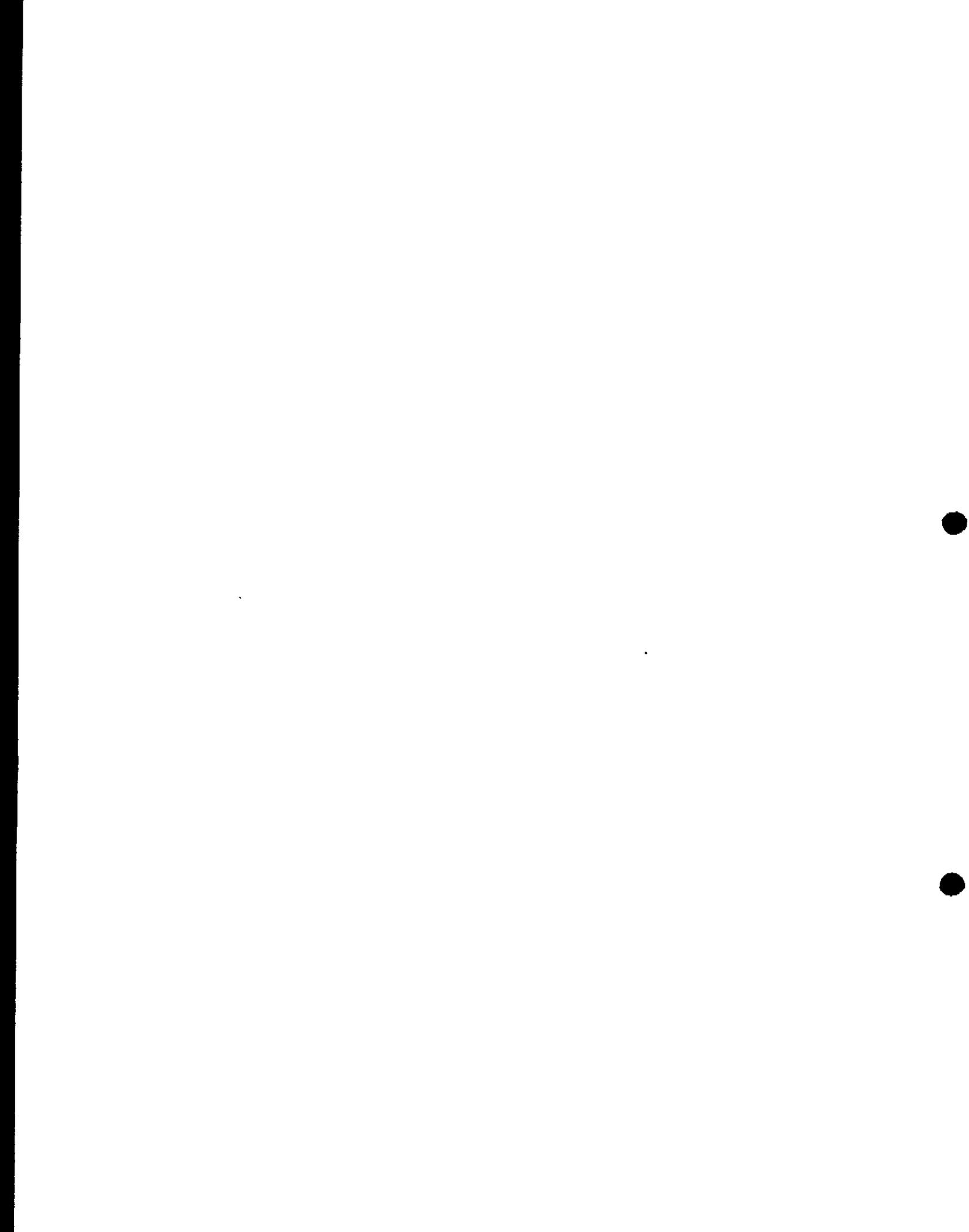


II C A P Í T U L O

1- Os Movimentos Revolucionários

Antes mesmo que fosse oficializada a independência, o Brasil assistiu a um número variado de revoluções que aspiravam idéias republicanas e federalistas. Havia, entre os defensores das idéias republicanas e participantes dos movimentos, a presença da maçonaria. Das lojas maçônicas saíam também idéias de emancipação, sendo essas lojas apontadas, ou acusadas de realizarem a revolução pernambucana de 1817.

O período compreendido entre 1817 a 1824 é caracterizado como "O período de clima revolucionário". Na realidade, nesse período, as idéias liberais tomaram campo criando fortes raízes. Eram idéias que defendiam a República, o Federalismo e o fim da escravidão. Defensora dos interesses luso-recolonizadores, a carta outorgada é a própria causadora da eclosão das revoltas, e estas tidas como único meio disponível para que se pudesse aclamar os anseios dos que a faziam. Declarava-se em manifestos: a restrição da representação popular que muito criticavam os revoltosos. Para tanto, como alega Azevedo " as revoltas eram as válvulas de escape do povo".



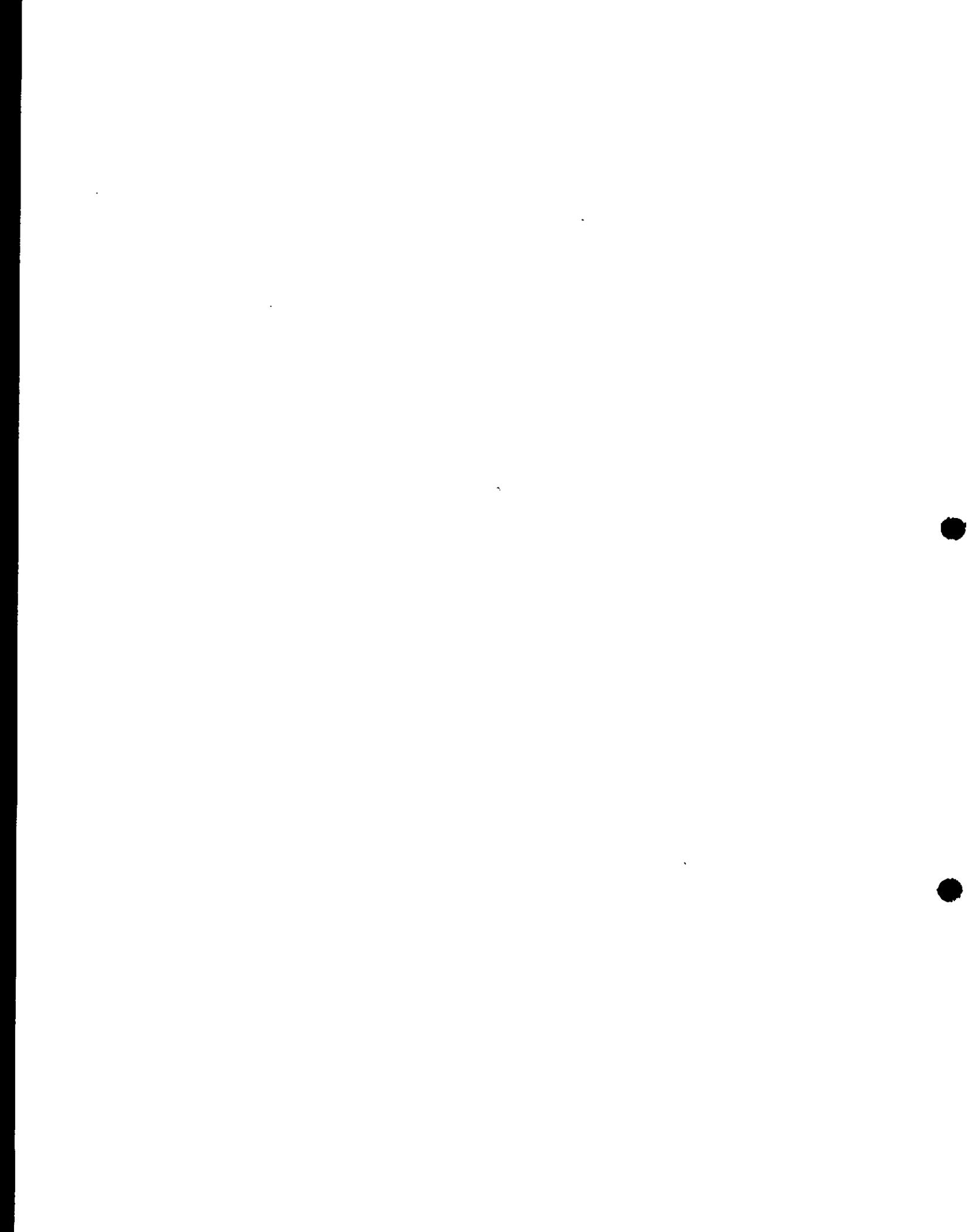
2- A Revolução Pernambucana de 1817 e sua Rēpercussão no Nordeste

O representante do rei na província pernambucana não era bem aceito pelo povo. Essa insatisfação, fez gerar, além de outros motivos, um movimento de rebel- dia marcando o dia 6 de março. Suspeitos de conspirarem contra o governo central, alguns liberais foram presos. O levante de 1817 resultou na adesão de vários setores da sociedade. Aderiu a esse movimento as províncias da Paraíba, Rio Grande do Norte - embora tal apoio não fosse suficiente para firmar o movimento revolucionário.

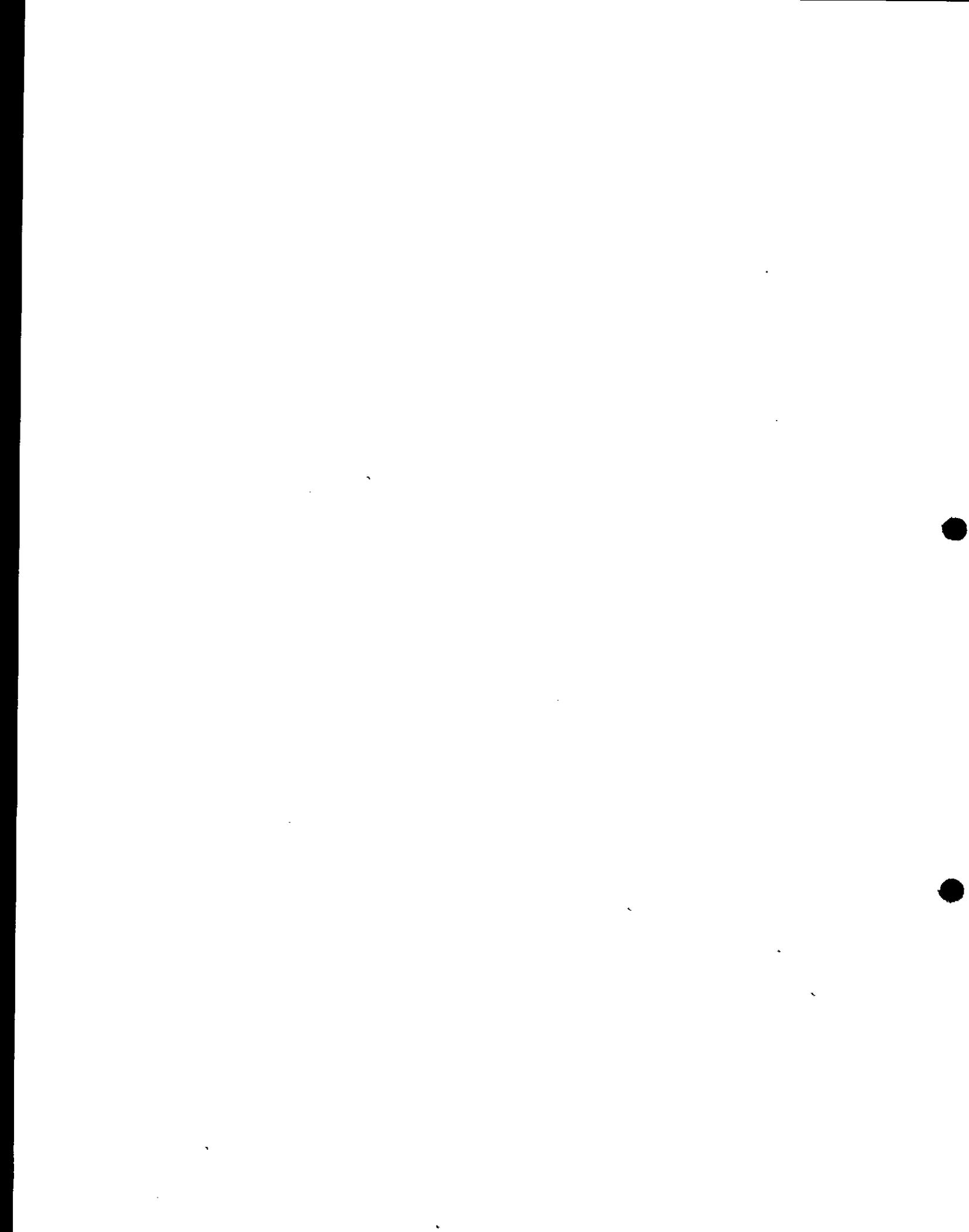
Os participantes da revolução de 1817 eram con- siderados como "os grandes filhos do país", assim escrevi- a Osório de Castro.

Mesmo antes do levante de 1817, já havia gra- ves conflitos entre os comerciantes portugueses e os grandes proprietários pernambucanos, manifestado desde a Guerra dos Mascates. A revolução radicalizou-se a par- tir da participação que teve dos comerciantes nacionais, que tinham a intenção de eliminar os privilégios adquiri- dos pelos portugueses.

Vale salientar a participação do clero no mo- vimento, chegando mesmo a denominar-se de "revolução dos dos padres"¹, uma vez que eram dos seminários olindenses que saíam alguns dos revolucionários. O movimento de 1817 se fez popular, radical e social pela participação que teve as camadas de homens livres pobres não proprie- tários.



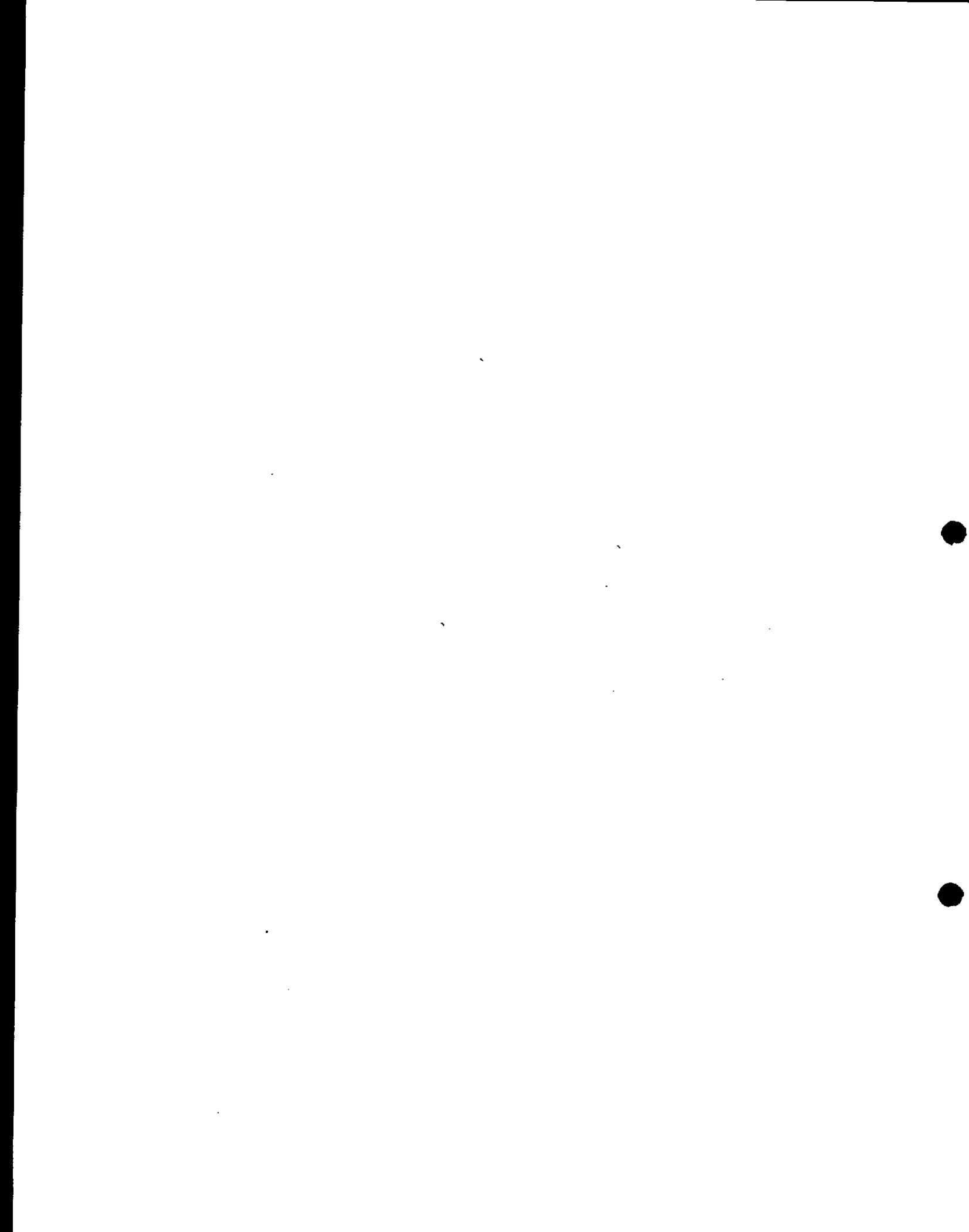
Os revolucionários abandonaram o movimento vencidos que foram pela repressão dos legalistas. Mas, mesmo tendo fracassado, a Revolução Pernambucana de 1817 é considerada como o movimento precursor da independência.



3- As Províncias do Nordeste e a Proclamação da Confederação do Equador

O processo de independência no Brasil sempre fora considerado como um processo de supremacia política da classe dos proprietários rurais. As tendências centralizadoras do poder central serviram de obstáculo para essa classe de proprietários que não puderam fazer suas realizações nesse período. Para mover tal revolução, foi necessário, além do antagonismo que persistia entre a classe dominante e o poder central, mobilizar o povo, dando ao movimento um caráter mais popular. Estes, aproveitando-se da oportunidade, procuraram expressar politicamente os conflitos que os ligavam à aristocracia rural. Dessa forma, os próprios líderes rebeldes se sentiam inseguros diante de tais ameaças. Apesar da forte repressão proveniente das forças do governo central, as revoltas continuaram ainda mais fortes.

A Carta Outorgada de 1824 e o fechamento da Constituinte provocaram grandes protestos no nordeste, além de expressar o despotismo do Imperador. Podemos considerar esses dois fatos como causas primeiras do movimento de 1824 que resultou na Confederação do Equador. Procurava-se, ao organizar a confederação, imitar o modelo americano unindo as províncias com base num governo Federativo, Representativo e Republicano. Era importante a adesão de todas as províncias vizinhas. Já havia forte oposição ao governo central, por parte das províncias do nordeste desde 1823 com relação a intervenção na política local. Os manifestos foram lançados às províncias vizinhas no sentido de fazê-las aderir à confederação e ofícios entregues a alguns presidentes de pro-

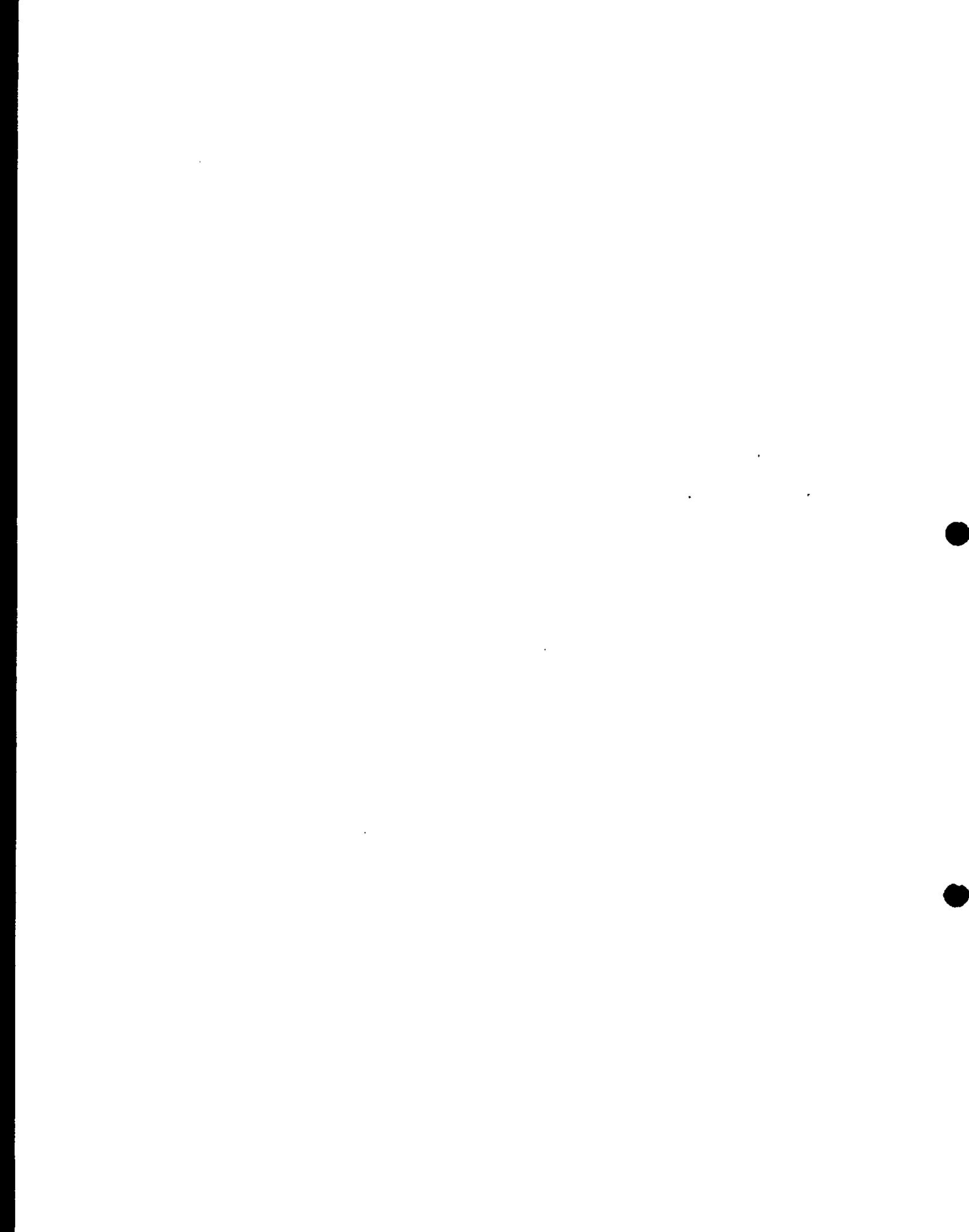


víncias onde já havia movimentos de resistência.

"A oposição viria violenta, principalmente da parte das províncias do norte e nordeste, onde se avolumavam os descontentamentos diante da centralização imposta pelo governo que parecia beneficiar apenas as províncias do Rio de Janeiro e regiões vizinhas".²

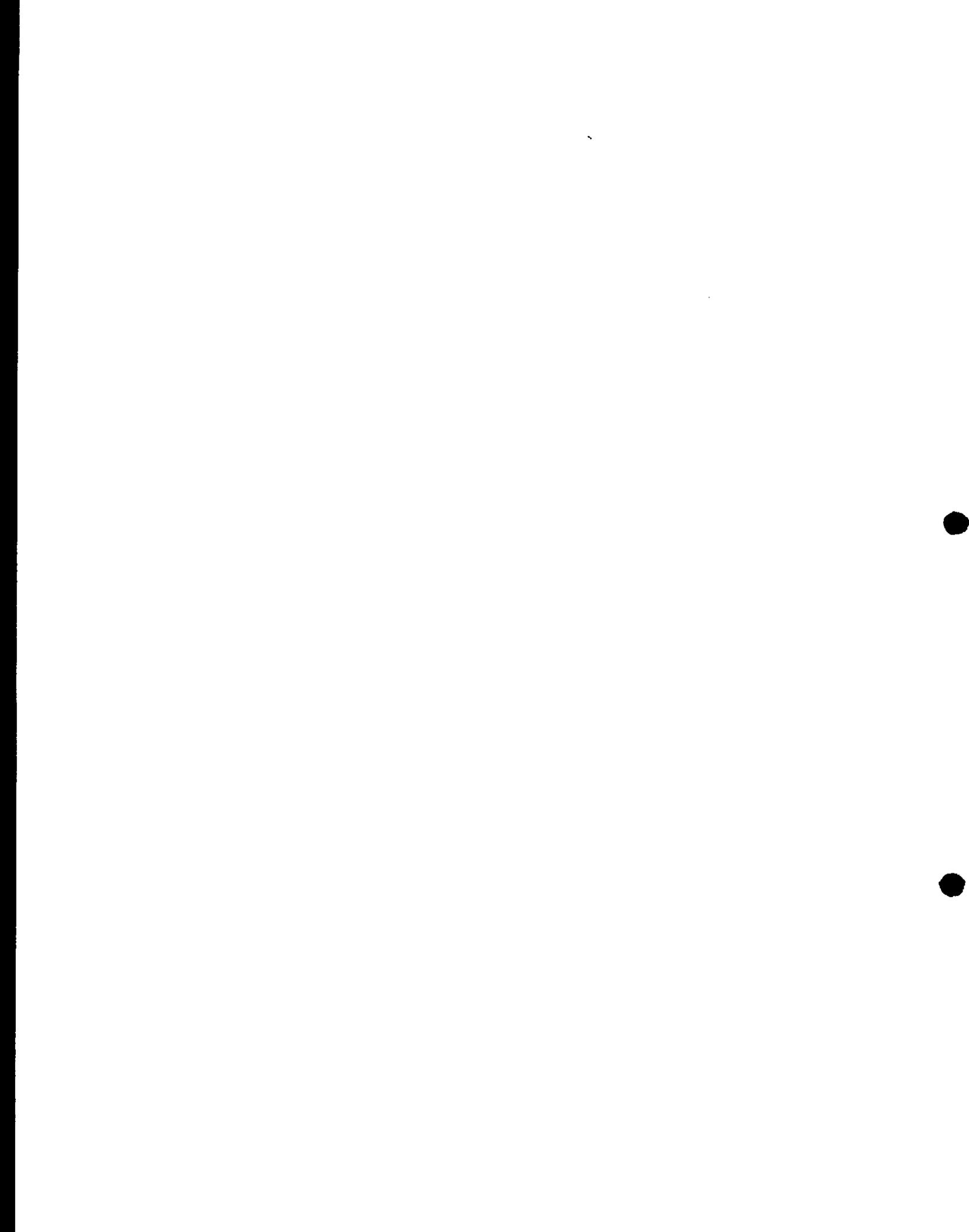
A província pernambucana se encontrava bloqueada por tropas enviadas pelo governo central. Logo após a suspensão do bloqueio, proclamou-se a confederação estabelecendo o sistema representativo. Foram convocados 25 deputados para legislarem provisoriamente até que fosse reunida uma Assembléia Constituinte encarregada de redigir a lei fundamental do Estado. Pretendia-se uma certa autonomia que pudesse dispensar a autoridade central que se mostrava opressora suspeita. Dessa forma, as províncias que constituíram a confederação "ficaram num separatismo experimental, cada uma gozando de sua eufórica independência".³ Para que esse sistema separatista pudesse caminhar, era necessário, primeiramente, a aliança dos povos.

A dissolução da Constituinte representou o fim de uma política aparentemente democrática que, de certo modo parecia orientar as diretrizes do governo central.



NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1- MARANHÃO, Ricardo. Brasil Texto e Consulta. p 125.
- 2- LYRA, Távares de. A Independência do Brasil no Rio Grande do Norte. 1972. pp 117-118.
- 3- CALMON, Pedro. História do Brasil-O Império e a ordem Liberal. 1981. pp 1570 - 1.571.



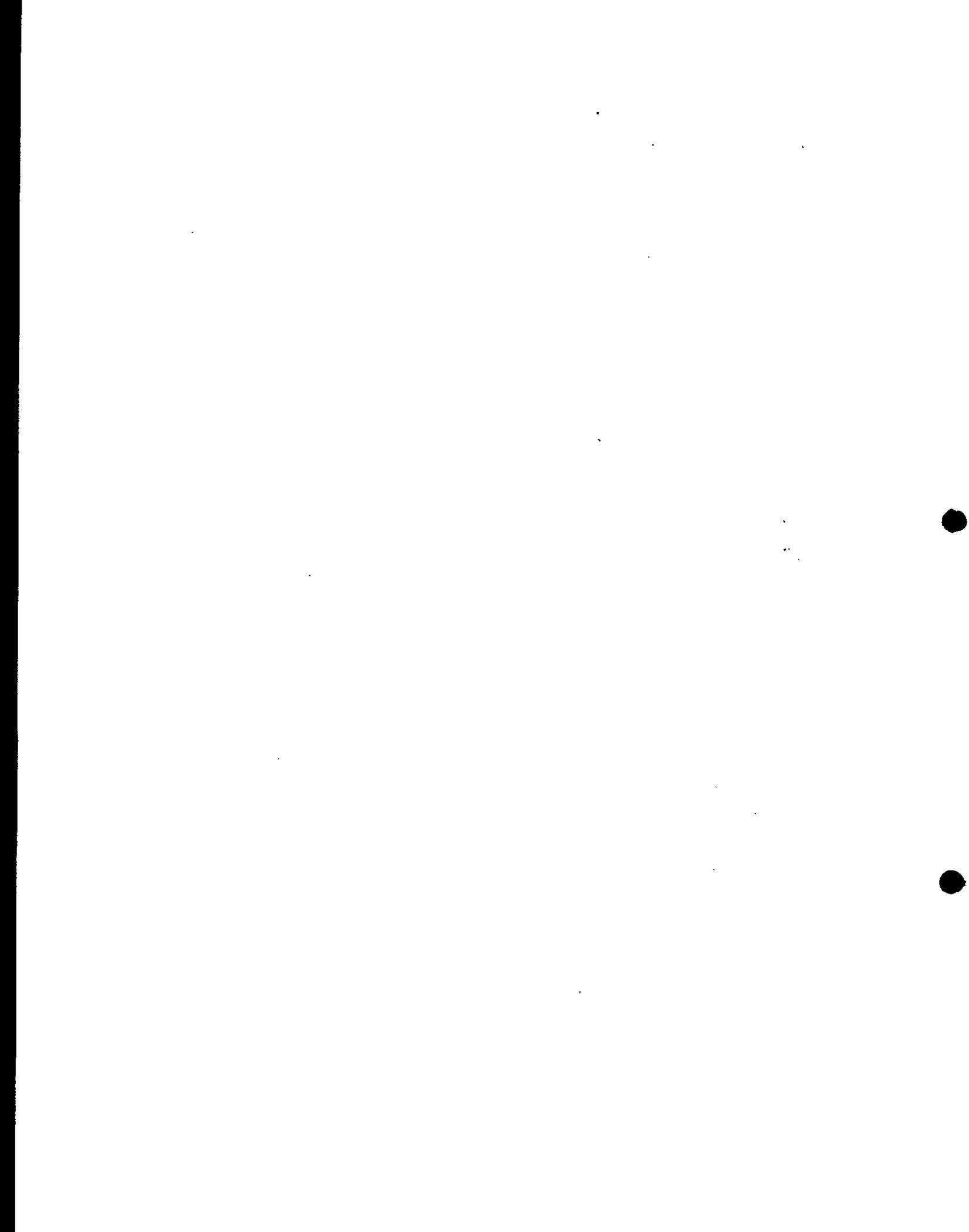
III C A P Í T U L O

1- Os Líderes Republicanos

- Frei Caneca

Divulgador das idéias liberais, Frei Caneca transformou-se num dos mais combativos liberais radicais. Assim como na revolução de 1817, também na insurreição de 1824 destacou-se como grande ideólogo e revolucionário, mostrando ainda seu grande empenho como jornalista político em seu jornal "Tífis Pernambucano", como secretário do governo e, principalmente, como líder popular. Com características de um revolucionário, Frei Caneca mobilizou grandes massas para formarem uma oposição e combater as pressões do governo central. Revoltava-se com as manobras do poder Imperial e seu despotismo e denunciava de forma crítica em seu jornal. O revolucionário mostrava-se contrário à Carta Outorgada. "Negava-se a admitir a Constituição por considerá-la iliberal e contrária à liberdade, independência e direitos do Brasil(...)"¹.

A autonomia pretendida pelas províncias foi negada na medida em que a Constituição estabelecia uma maior articulação entre elas e o poder central, diminuindo, desse modo, o poder dos conselhos provinciais. Pregando o federalismo como o sistema ideal para o Brasil, Frei Caneca tornou-se o "porta voz" dessa oposição. Ele, em seu jornal, assegurava a condição de que o Brasil tinha para formar um Estado federativo, por possuir um vasto território, diversas riquezas e pela variedade de seus habitantes. Pretendia esse lí-

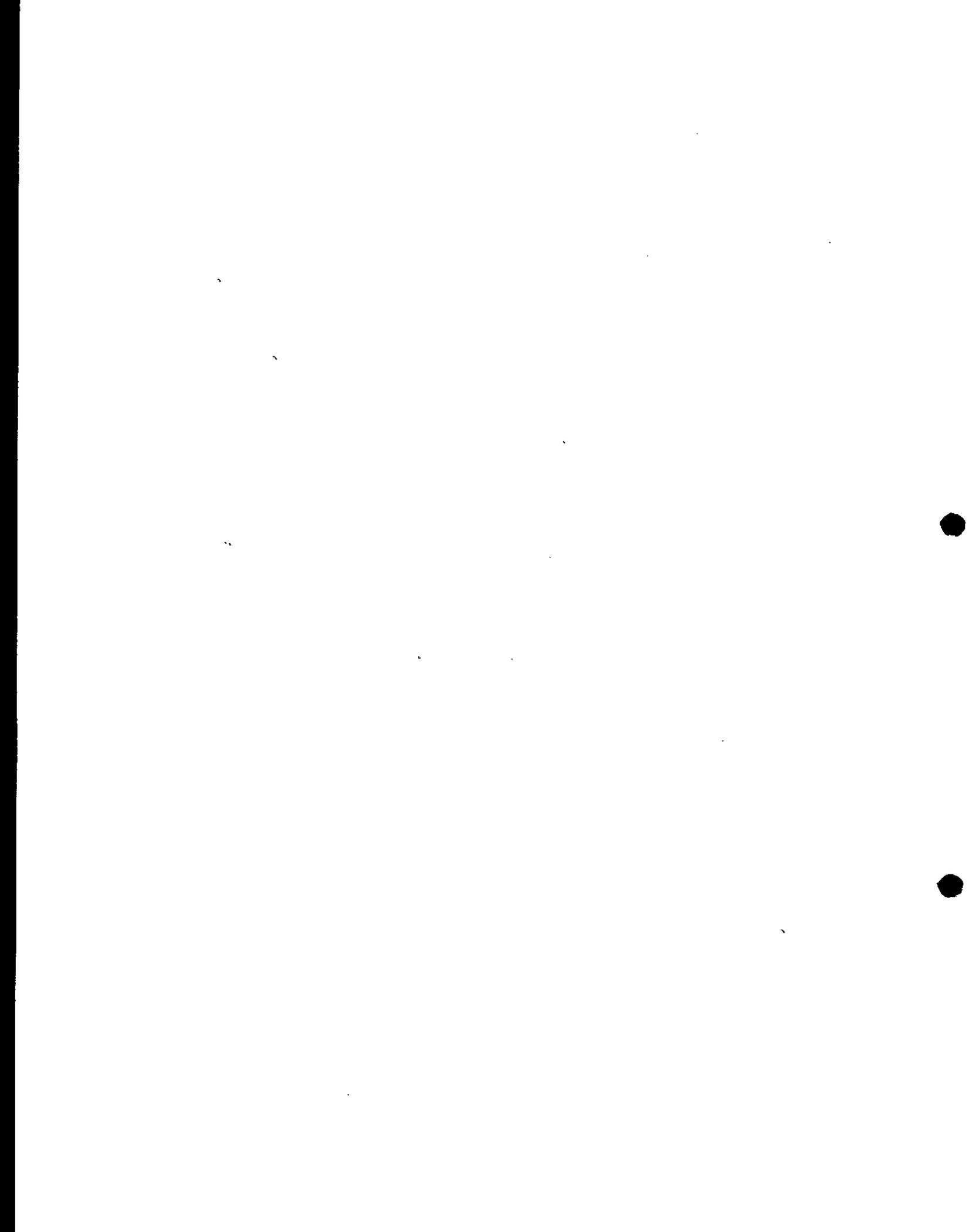


der revolucionário a "defesa da autonomia conquistada , a resistência às atribuições do governo, uma imprensa livre, o fim da vitaliciedade do senado, a iniciativa de leis..."² entre outras medidas. Ele não aceitava que o imperador expressasse sua soberania através de seus representantes na Constituinte. Suas críticas e propostas a balaram o primeiro reinado e os primeiros anos da regência. Baseadas nos ideais de Caneca, as províncias do Nordeste levantaram-se formando a "Confederação do Equador". "A repressão foi impiedosa e rápida. Os cabeças do movimento, assim como Frei Caneca, foram executados".³

Frei Caneca lutou em nome da verdadeira autonomia das províncias, tornando-se o grande ideólogo do movimento. Incentivava o povo a se armarem contra o poder Imperial.

- Cipriano Barata

Também de espírito republicano, Dr. Cipriano José Barata de Almeida, dedicou-se à vida política no país. Combatia fortemente qualquer atitude relacionada ao poder central, sendo apontado como um nacionalista exaltado. "Curiosa figura de agitador, sempre coerente nos anseios republicanos, mesclado de certa tinta de igualitarismo social, o seu vulto se projeta com inconfundível destaque nas cortes lusa, revelando-se o batalhador nativista..."⁴ Sua ação jornalística iniciou-se em Pernambuco publicando uma espécie de periódico em abril de 1823.

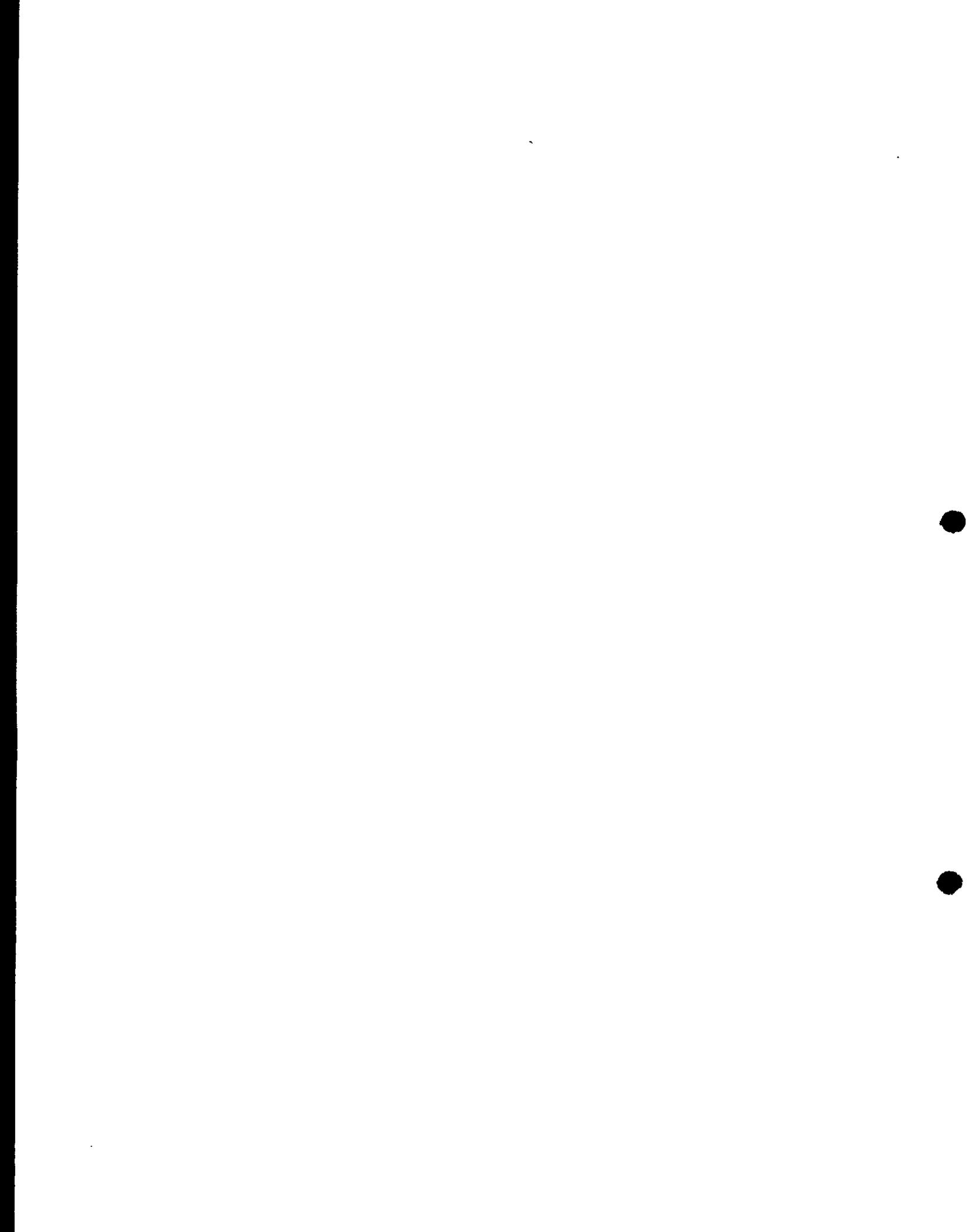


Mesmo pressionado, em novembro de 1823 por suas reações republicanas, Cipriano continuou a publicar seu jornal que logo depois também foi apreendido.

Era mais uma força contrária às de D. Pedro que se via acabar causando neste fal agrado. Foi considerado o verdadeiro precursor da Confederação e teria tido papel significativo no movimento de 1824 se não o tivessem remetido parao Rio de Janeiro. Mas, teve em Frei Caneca um verdadeiro discípulo, que continuou com as pregações republicanas.

- Manuel de Carvalho

Pelo seu envolvimento no movimento de 1817 , ficou exilado. Sua permanência nos Estados Unidos muito lhe valeu, pois absorveu idéias federalistas que serviram para sua formação revolucionária. Foi considerado chefe nominal da revolução de 1824. A ele coube a elaboração do projeto de Constituição da Confederação do Equador.

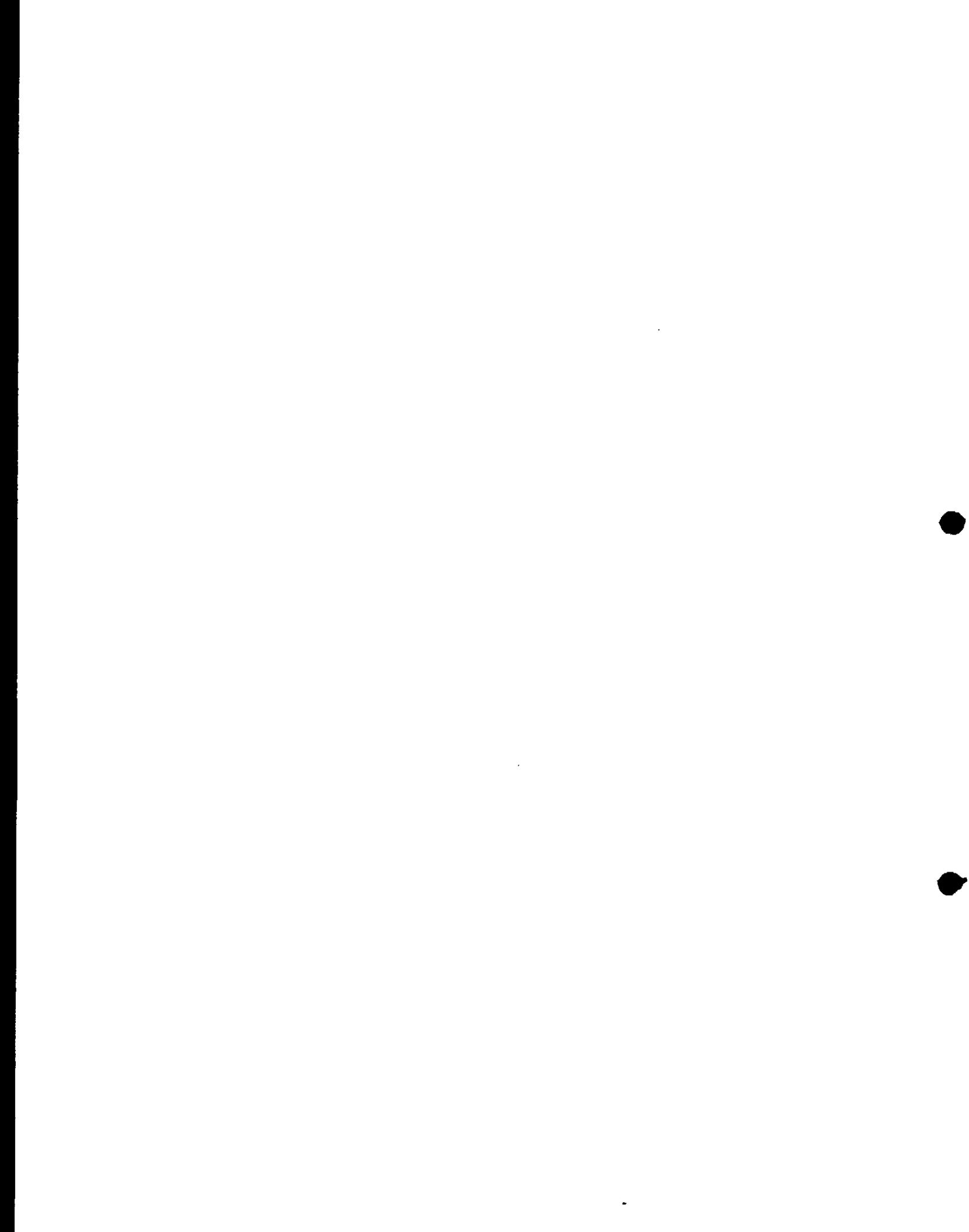


2- As Massas Populares ao Movimento e a Repressão

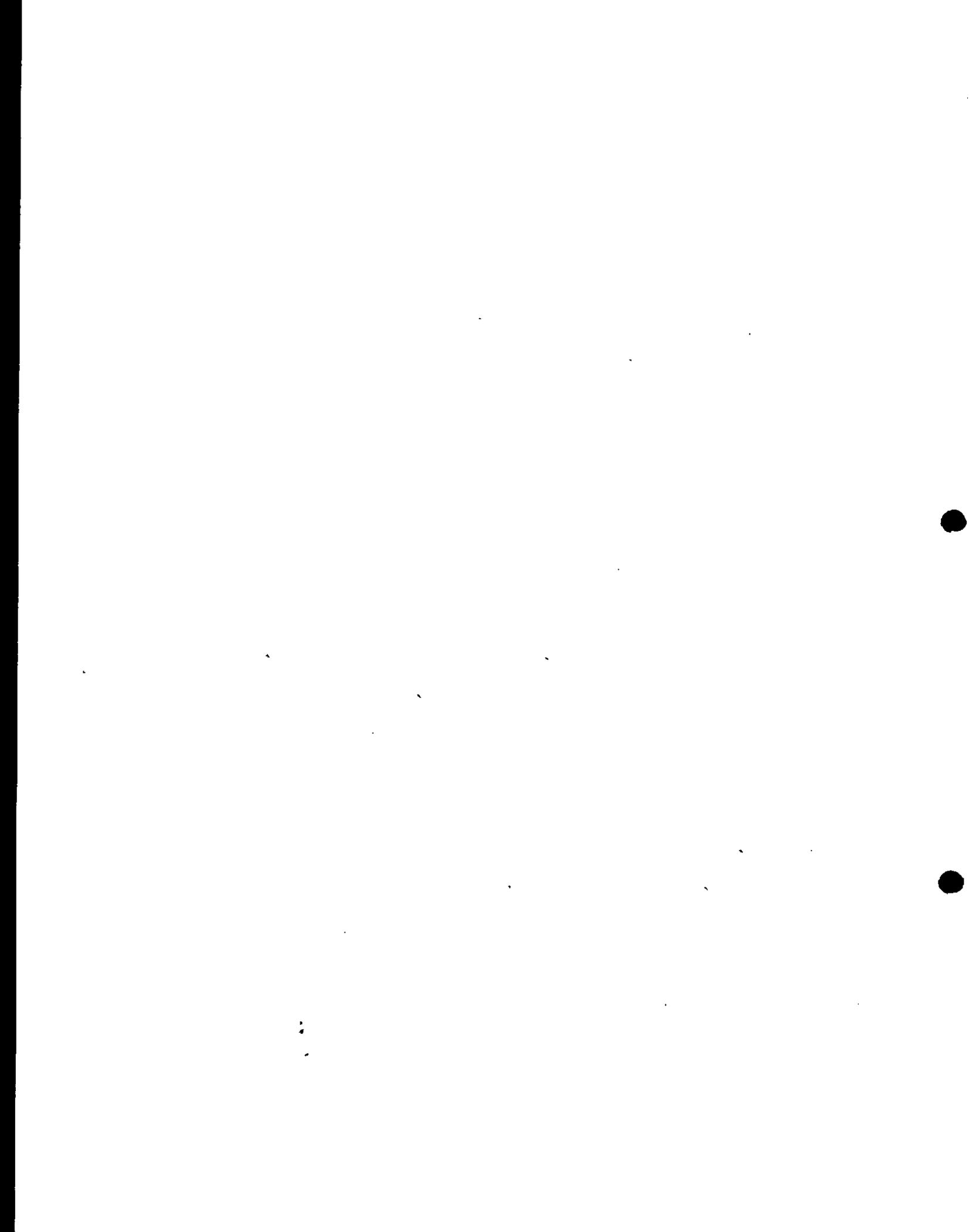
A convocação do povo para participar da insurreição de 1824, deu ao movimento um novo caráter, permitindo a massa popular de se organizarem junto às tropas revolucionárias. Inicialmente, a convocação do povo surgiu como "a mão armada" dos dirigentes políticos, que controlavam essas "brigadas populares". Momentos depois, verificou-se o rompimento dos laços de dependência ficando essas brigadas sem dominação e fazendo surgir um certo radicalismo e, conseqüentemente, um clima de insegurança social entre os proprietários. A própria reação dos populares provocou nos revolucionários, um certo temor, tendo em vista o que ocorrera no Haiti fazendo com que os proprietários temessem que ocorresse o mesmo aqui, com os levantes populares.

Ao tomar conhecimento da proclamação da Confederação do Equador, tratou o Imperador de tomar medidas que impedisse o avanço das idéias dos revolucionários, temendo que o movimento abalasse a integridade do território e a segurança pública. Em resposta aos que se opunham ao seu governo e às suas ordens, D. Pedro suspendeu os direitos e liberdades individuais para as províncias. Além disso, "determinou o Imperador a criação de tribunais militares para que fossem julgadas sumariamente as cabeças do movimento(...)"⁵

Havia o próprio combate interno nas províncias debeladas por proprietários contrários ao Movimento. As

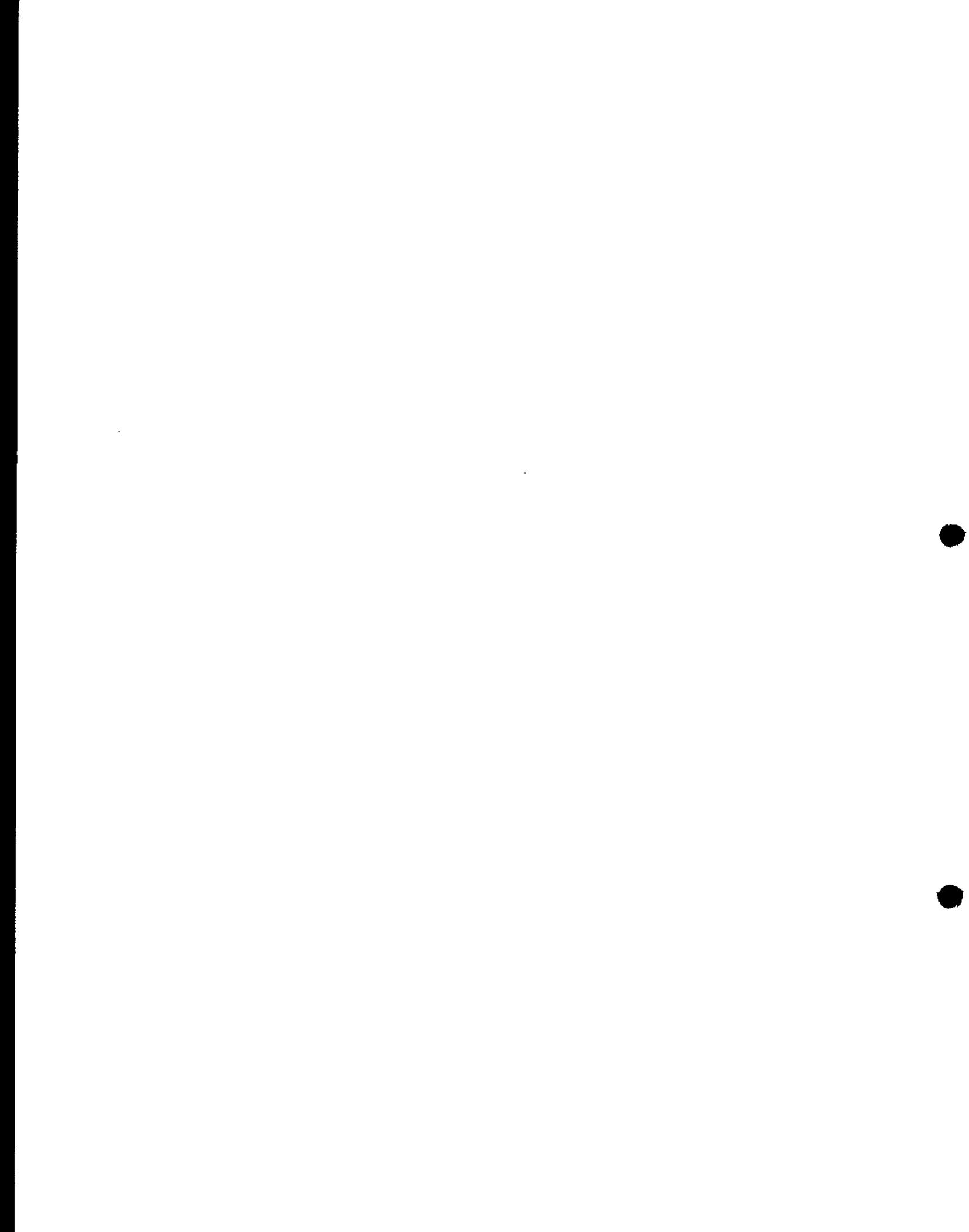


províncias que se viam vencidas, suas tropas logo retiravam-se para Olinda rendendo-se dias depois. Em Recife a resistência continuou liderada por Frei Caneca e Agostinho Bezerra Cavalcante. Aos poucos, devido aos combates, diminuíram-se os números dos que compunham os batalhões revolucionários. A divisão constitucional da Confederação, organizada por Frei Caneca, logo se rendeu na fazenda Juíz, no Estado do Ceará, em novembro de 1824.



NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1- MARANHÃO, Ricardo. In: Op. Cit., (p. 125), p. 35.
- 2- Id. Ibid. pp 127-128.
- 3- Id. Ibid. p128
- 4- Id. Ibid. p 129
- 5- Id. Ibid. p 129-130



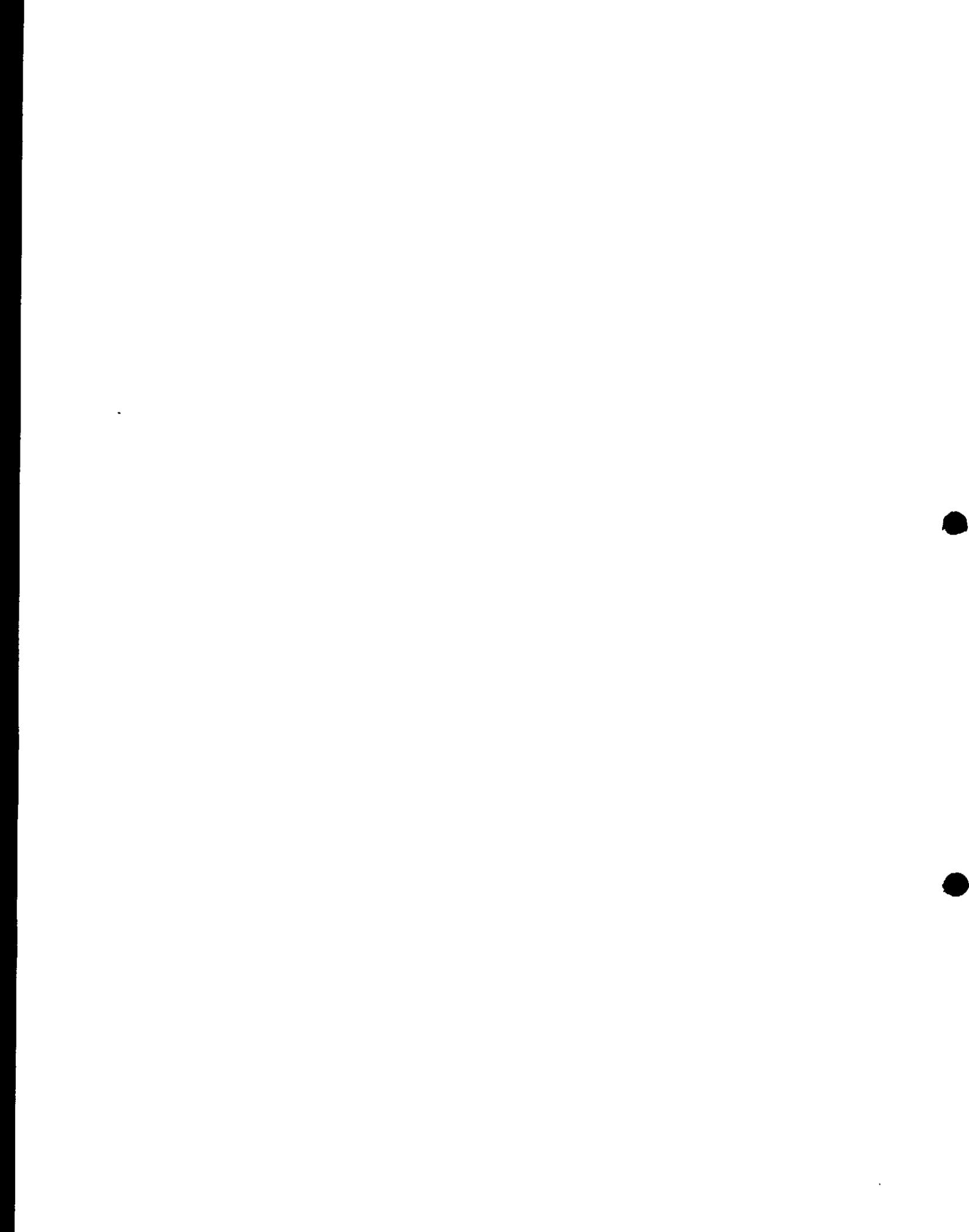
IV C A P Í T U L O

1- A Notícia da Aclamação de D. Pedro na Capitania do Rio Grande do Norte

A capitania do Rio Grande do Norte era considerada uma das mais pobres e atrasada do Império, e sua capital limitava-se a um pequeno povoado de importância quase insignificante. Governava a capitania, no início do século XIX, José Inácio Borges que teve na segunda fase de seu governo sérias divergências políticas entre os que tinham tendências para a recolonização e os que eram a favor dos movimentos de independência. A causa dessa divergência está no fato de que essas facções pretendiam conquistar e apoderar-se do poder.

Os atos de solenidade na província aclamavam a notícia da regência do Imperador D. Pedro. A Junta do governo, encarregada da administração, mantinha-se fiel aos cumprimentos das ordens provenientes do Rio de Janeiro. Contudo, não havia por parte dos membros da Junta unanimidade quanto ao cumprimento e obediência às ordens do governo central. Nem mesmo esse cumprimento fiel era feito por todos os que habitavam a província. Esses desacordos causavam sérias cisões na população da província norte rio-grandense. Ao receber a notícia da aclamação do príncipe regente, o Senado da Câmara aderiu de imediato ao governo do Rio.

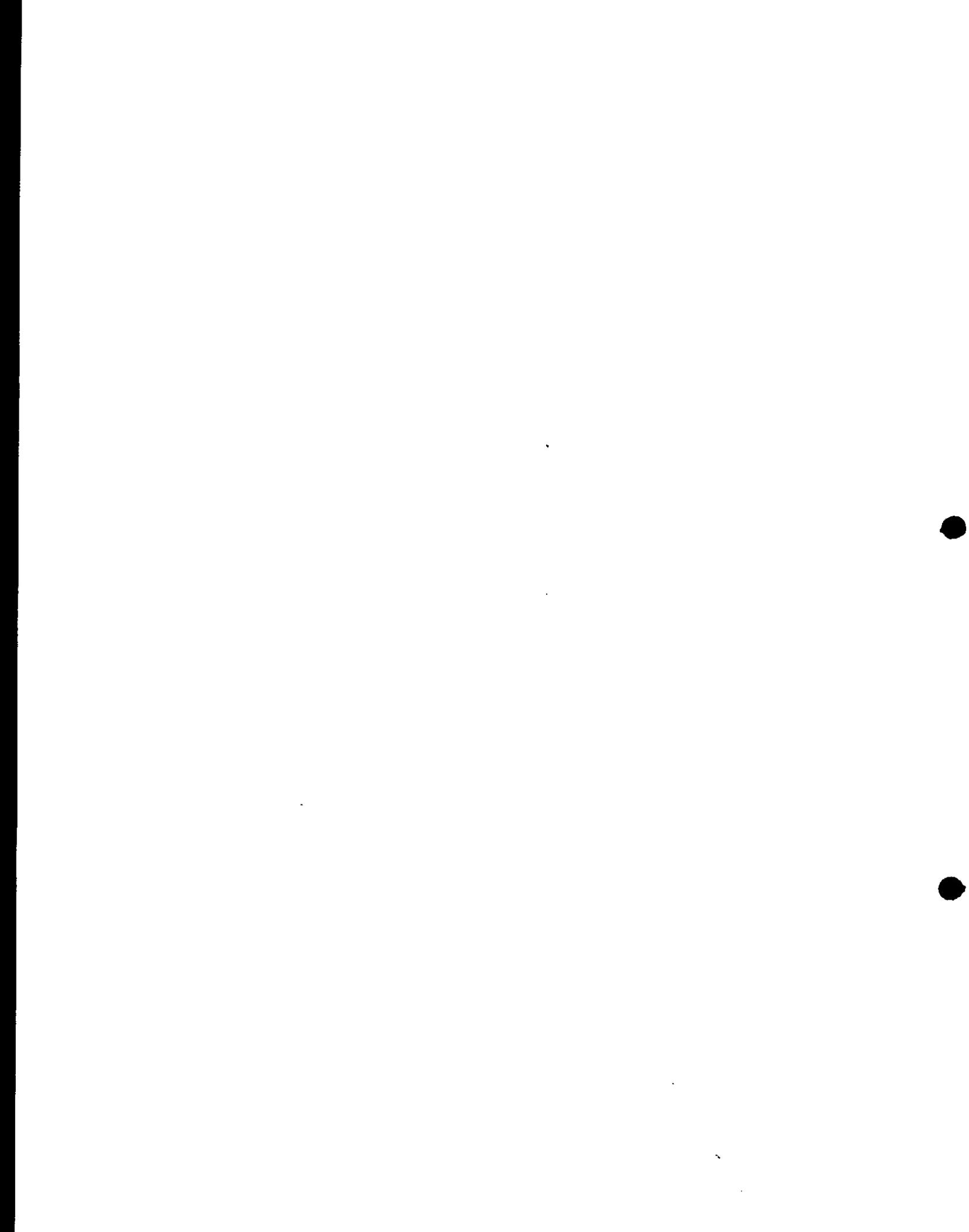
A situação política e econômica da província,



não sendo das melhores, contava com um lastimável estado de pobreza. Primeiramente, a própria carência da terra não permitia grandes investimentos e, ainda assim, os representantes do governo português que aqui se encontravam constantemente perseguiram os defensores da independência de forma a impedir que se propagassem tais idéias geradoras de rebeliões. Os próprios membros da Junta do Governo, alguns deles que defendiam as idéias de liberdade, eram perseguidos. Embora houvesse fortes repressões às manifestações que eclodiam na província, os defensores da independência cresciam em número e as idéias continuavam fortes entre aqueles que eram contrários aos atos e medidas centralizadoras do Imperador. Por outro lado, a idéia de desligar-se da corte não era bem aceita por todos da província.

Sérgio Buarque observa, ao estudar o processo de emancipação, que "a independência, simples transferência de poderes dentro de uma mesma classe, entregaria a direção da nova ação aos proprietários de terras, de engenhos e aos letrados";

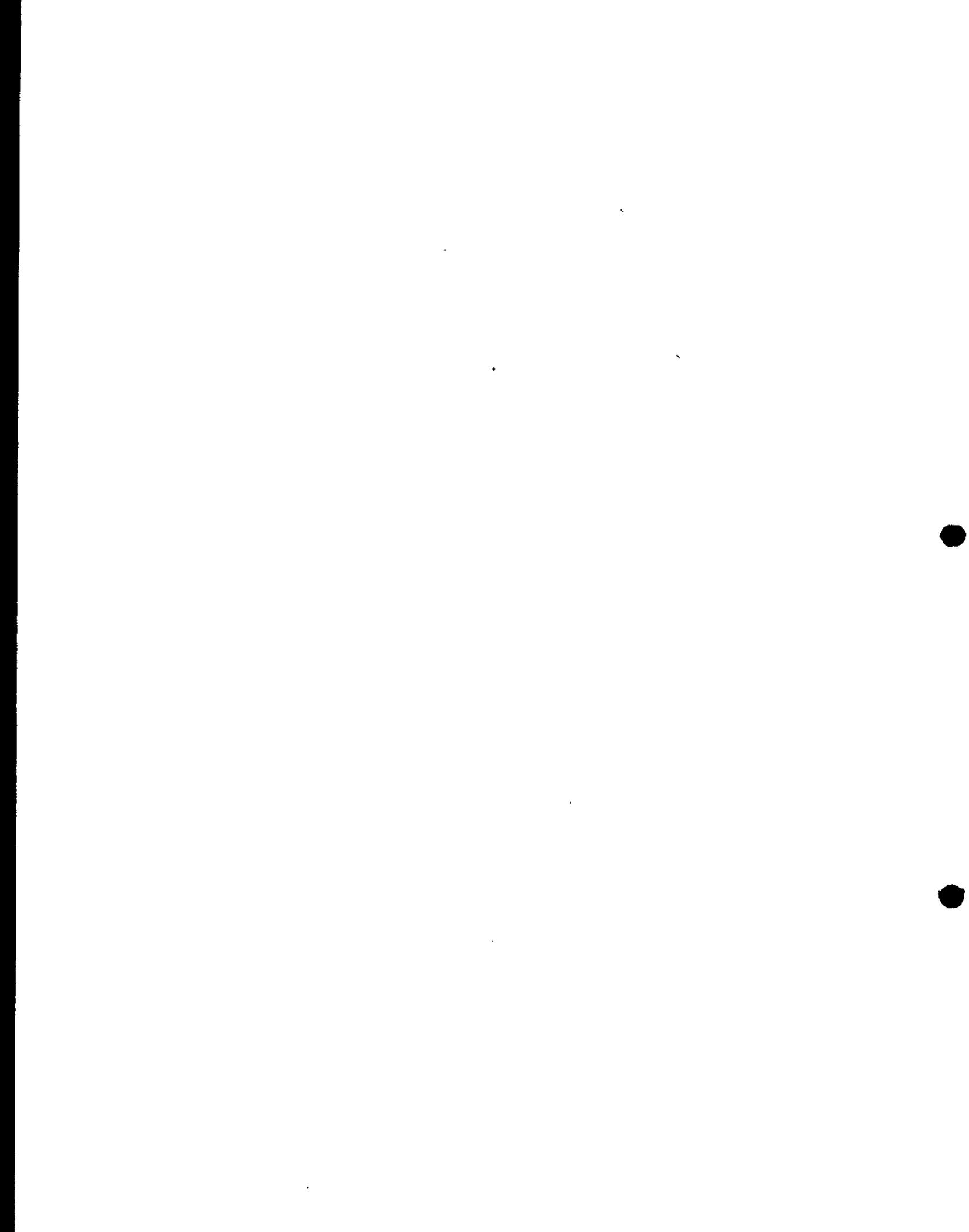
Com o pretexto de visitar a corte, o governador da província, José Inácio Borges, se ausentou da mesma entregando a administração do governo a uma Junta Constitucional. O dito governador era apontado como um aliado dos revolucionários e adepto da Revolução de 1817. Menos de um mês após a instalação dessa primeira Junta do Governo, começou a haver forte reação contra ela e a convocação de novas eleições para formação



de uma nova Junta, já que a primeira fora considerada nula. Sendo negado tal requerimento, pediram logo ajuda das forças armadas para a proclamação imediata de um governo provisório. "A 18 de março elegeu-se a Junta que deveria substituir o governo temporário(...)"¹.

A devida Junta do Governo, em 06 de julho, confirmou a regência de D. Pedro de Alcântara no Brasil sem nenhuma restrição, subordinando-se e obedecendo às ordens provenientes da capital, cumpindo-as fielmente. Porém, persistiam as divergências políticas. De 18 de março de 1822 à 24 de janeiro de 1824 ocupava a Junta a administração da província, sendo depois substituída por um cidadão sem a menor capacidade para tal cargo.

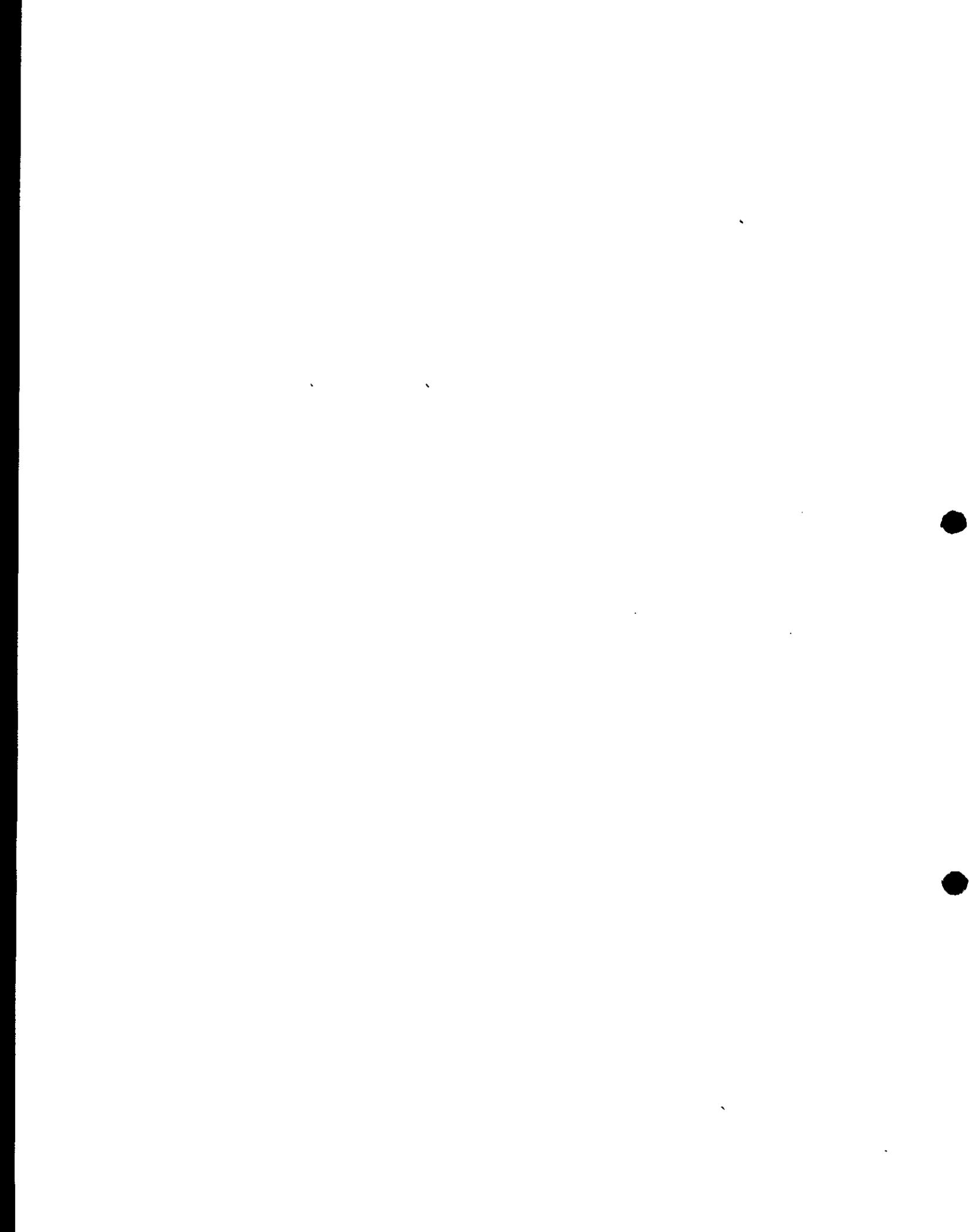
Tomás de Araújo Pereira, apossava-se do cargo a 5 de maio de 1824, com a intenção de lutar contra as dificuldades na província. Apesar da popularidade adquirida, não o consideravam a pessoa indicada para dirigir a província. As próprias condições físicas em que se encontrava e por suas ligações políticas, ele era indesejado para assumir o cargo de presidente da província num período equivalente a quatro meses, sendo sua passagem pelo governo efêmera e, além disso, não houve como dominar a anarquia que parecia dominar a província.



2- O Rio Grande do Norte e sua participação no Movimento de 1824

"A província norte rio grandense passou a apoiar os projetos dos rebeldes integrando-se à Confederação em 03 de agosto de 1824, quando foi confirmada sua adesão a Paess de Andrade".² Também no Ceará, o movimento encontrou forte atuação. A movimentação e os anseios dos revolucionários não eram bem vistos pelos latifundiários, que viam no movimento uma grande ameaça a sua ordem e segurança. Era clara a característica desse movimento: que mostrava uma tendência liberal-radical já contida no nordeste desde 1817. Mesmo impedido pelas tendências centralizadoras, o movimento conseguiu arrastar as províncias do nordeste lideradas pelas camadas populares. Embora com idéias divergentes, havia entre os confederados um objetivo comum: desvincular-se das forças impostas pelo governo imperial e proclamarem-se independentes. Eram fortes as divergências chegando a abalar a estrutura econômica e social dos proprietários levando o movimento, após sucessivas lutas, ao fracasso.

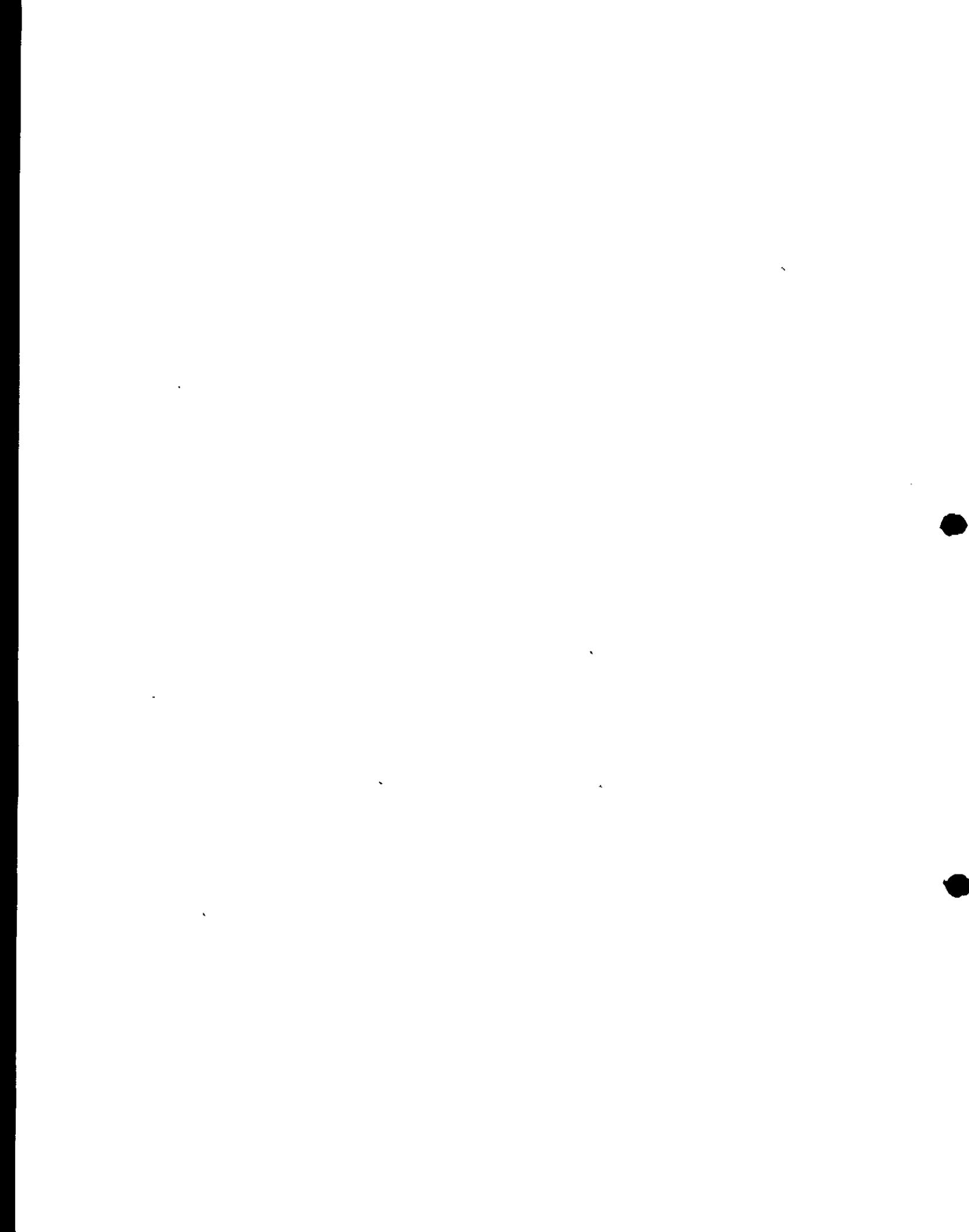
A insurreição de 1824 foi importante na medida em que elevou as províncias confederadas à categoria de separatistas e participantes de uma República Federalista dentro do Brasil Império. O esboço republicano formado pela confederação representou uma das principais expressões da reação contra a política centralizadora e absolutista do Imperador, sendo o nordeste o "principal foco de resistência ao centralismo político imposto pela Constituição Imperial".³ Entre os projetos dos confederados existe um de âmbito social que suscitou desacordos entre os elementos do movimento.



A abolição do tráfico negreiro foi uma das medidas que atingiu a estrutura econômica e social dos proprietários, provocando o recuo deles. Dessa forma, ficava claro os reais limites da adesão e, portanto, "as primeiras contradições internas do liberalismo da aristocracia"⁴.

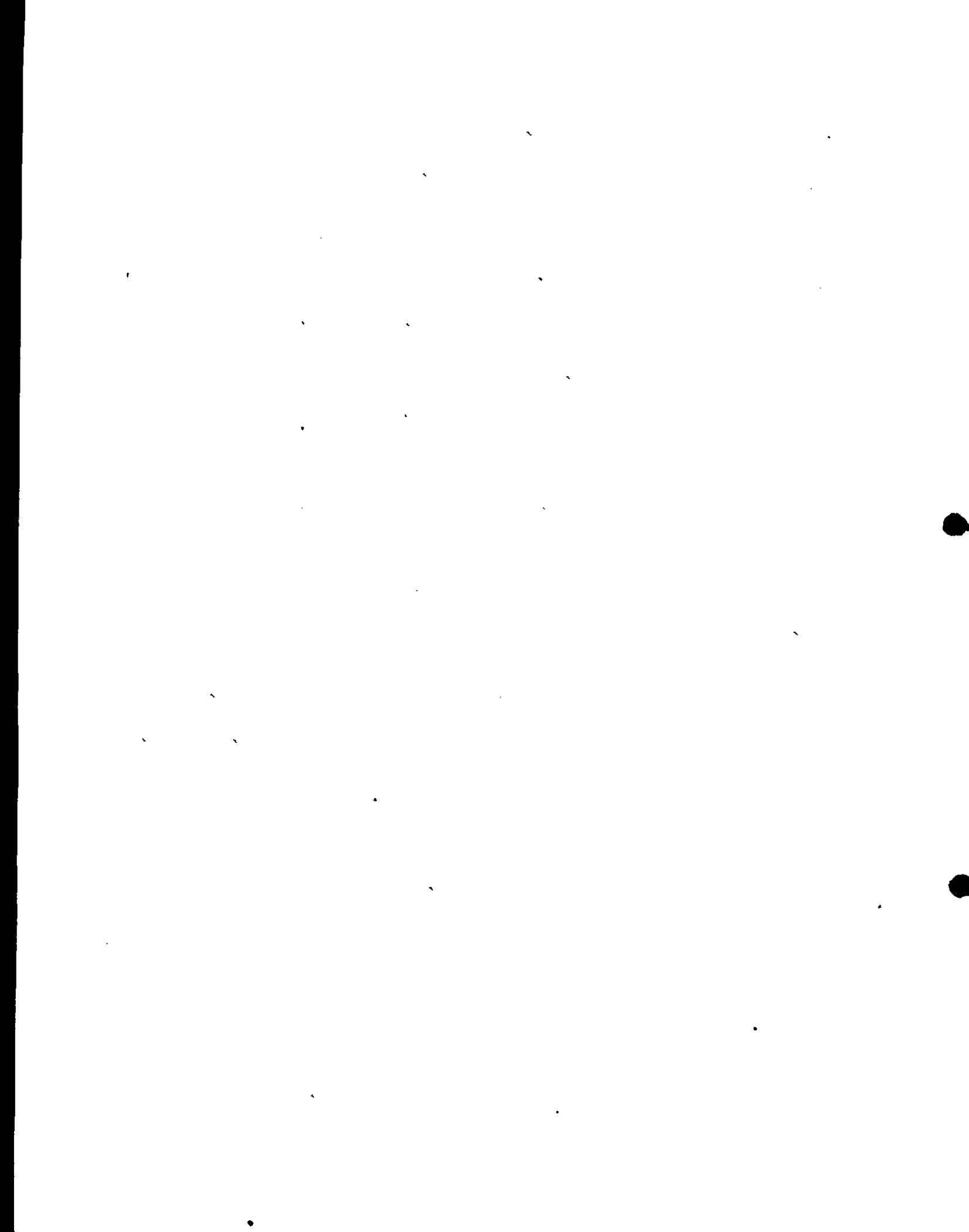
Os acontecimentos que se desenvolveram no decorrer da independência do Brasil, e mesmo depois desse ato, pouco abalaram a estrutura sócio-política da província do Rio Grande do Norte. Contudo, observou-se uma participação simbólica da província em alguns dos acontecimentos que caracterizaram o período imperial. Não houve aqui intensas vibrações de sentido patriótico como existia, de maneira forte, em outros pontos do país. Na maioria das vezes, as exaltações eram de caráter pessoal sem muita elevação ou mesmo ideais. O que as vezes uniam ou separavam os homens, eram as próprias divergências ou identidade de interesses que restringia-se ao domínio que tinham nas áreas de sua residência. Antes mesmo da definição de partido, na província, "poucos foram os que tiveram influência generalizada"⁵. Não se evidenciou na província qualquer reação contrária ao ato de independência do Brasil, ficando clara a unanimidade.

A insurreição de 1824 chegou à províncias sem grande impacto e nem mesmo participação popular. "Foi mais uma tentativa de galgar posições pelos políticos do tempo. Movimento de cima para baixo, sem interesse para o povo, porém que arrastou a província, adepta à Confederação do



Equador à categoria de separatista e participante de uma República pública federalista dentro do Brasil".⁶

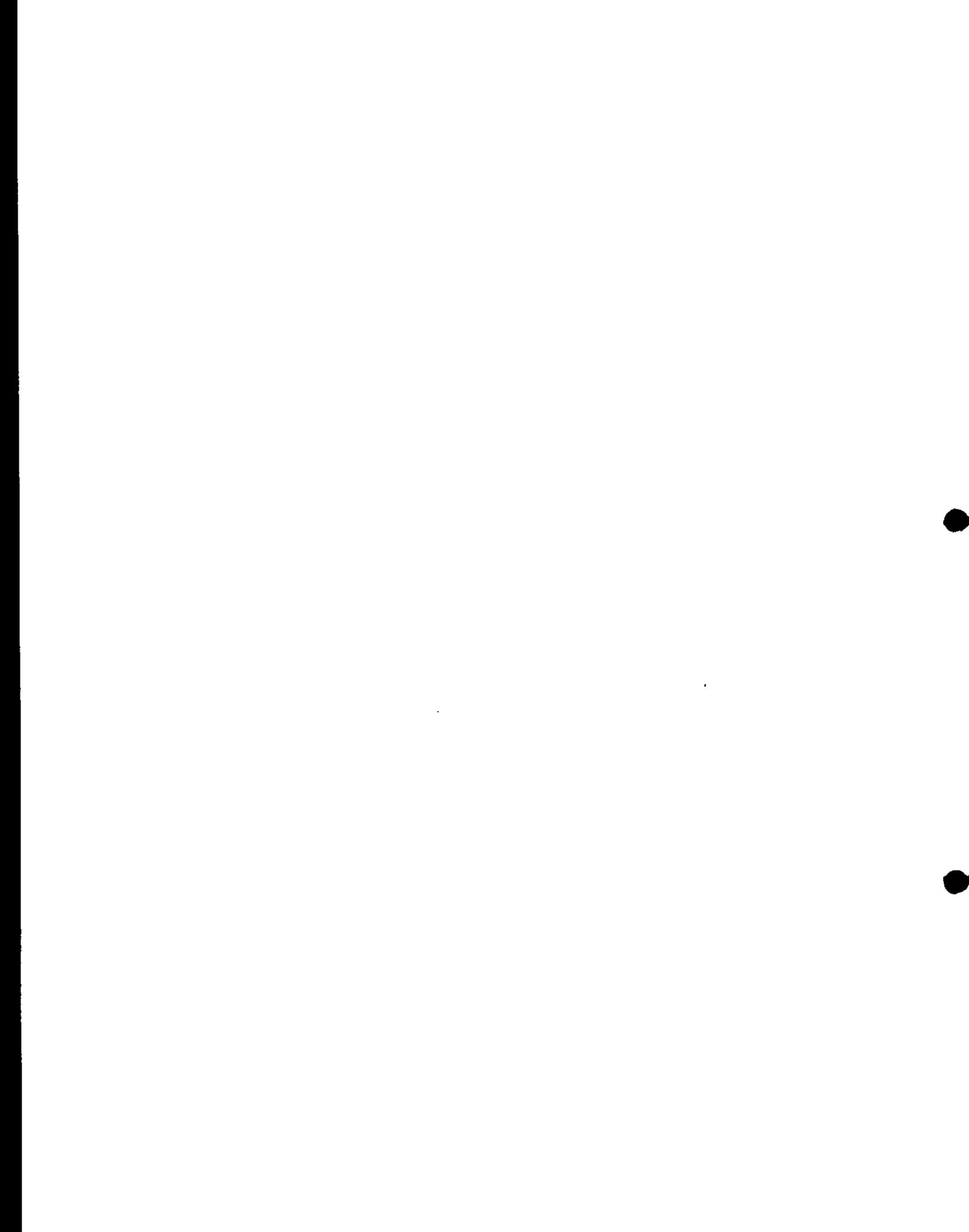
As formas de repressão feita aos adeptos do movimento causou temor ao povo da província do Rio Grande do Norte. "Existe no Estado uma "estória", segundo a qual Tomáz de Araújo, que tomara o governo da província, fugiu de Natal dentro, de um barril transportado à cabeça de um escravo,..."⁷ É válido afirmar a falta de participação da grande maioria das classes dominantes na política, representada pelo não acolhimento à coluna de fugitivos de Frei Caneca, que havia passado por Caicó.



NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1- LYRA, Távares de. A Independência do Brasil no RN .
1972. p 54.
- 2- POMBO, Rocha. História do Brasil. A Formação do Es-
pírito de Pátria. 1935. pp 396 -397.
- 3- MARANHÃO, Ricardo. Brasil História Texto e Consulta.
p 120.
- 4- HOLANDA, Buarque de. A Confederação do Equador. 1985.
pp 227 - 228.
- 5- Id. Ibid. p 23 .
- 6- Idem.

Resumo bibliográfico.



BIBLIOGRAFIA

- 1- ALENCAR, Francisco. História da Sociedade brasileira .
1979: Ao Livro Técnico; Rio de Janeiro. 3ª ed.
- 2- ARMITAGE, João. História do Brasil. Livraria ed.1983 ;
3ª ed.
- 3- AZEVEDO, L. de. A História de UM povo. São Paulo+ 1988.
- 4- BEIGUELMAN, P. Formação Política do Brasil. São Paulo:
1976, PIONEIRA.
- 5- BRANDÃO, Ulisses. A Confederação do Equador. PE.1924.
- 6- CALMON, Pedro. História do Brasil- O Império e a Orden
Liberal.4ª ed. Rio de Janeiro:1981.
- 7- CASCUDO, Luís da Câmara. História do Rio Grande do Nor
te. Rio de Janeiro: Achiane,pp 157 - 165.
- 8- COSTA, Emília Viottti da. Da Monarquia à República. São
Paulo:Ciências Humanas, 1979; Introdução ao Estudo da
Emancipação Política do Brasil.
- 9- FENELON, Dea Ribeiro. 50 Textos de História do Brasil.
São Paulo:1974.
- 10-HOLLANDA, S.Buarque. História Geral da Civilização Bra-
sileira+ O Brasil Monárquico. II,Vl. São Paulo:Difel.
1985; pp. 227-237. A Confederação do Equador.

1942

.....

.....

.....

- 11- MARANHÃO, Ricardo. Brasil História Texto e Consulta. 2ª ed. v.2; Brasiliense, pp.183-190. Confederação do Equador.
- 12- MATTOS, I.R. História do Brasil Império. Rio de Janeiro: Campê, s/data.
- 13- MONTEIRO, Tobias. História do Império. 2ª ed. Tomo II ; Brasília:1972.
- 14- PINTO, A. P. A Confederação do Equador- Notícia Histórica sobre a Revolução Pernambuca de 1824. in: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Rio de Janeiro; pp1866.
- 15- POMBO, Rocha. História do Brasil. A Formação da Espí-rito de Pátria. V.3, São Paulo: W.M. Jackson Editores, 1935.
- 16- PRADO Jr., Caio. Evolução Política do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1953.
- 17- QUINTAS, Amaro. A Agitação Republicana no Nordeste. In: Holanda, S.B. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: 1970.
- 18- RODRIGUES, J. A, Independência: revolução e contra-revolução. V.5, Rio de Janeiro: 1975/76.
- 19- SODRÉ, N.W. As Razões da Independência. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1969.
- 20- _____, Formação Histórica do Brasil. Rio de Janeiro -



.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....



ro: 1990.

- 21- SILVA, Francisco de A. História do Brasil - Império e República. 2ªed. São Paulo: Moderna, 1937.
- 22- SILVA, Manuel C. P. da. Pernambuco e a Confederação do Equador. Rio de Janeiro: 1924.
- 23- VEIGA, Gláucio. A Teoria do Poder Constituinte em Frei Caneca. Recife: Universitária UFPE, 1975.
- 24- VIANA, Hélio. História do Brasil. V.2, São Paulo ♦ 1966.

HIS - RN

P2 - R

High